



**Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**

**ATA DA 81ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL – BRASÍLIA –
25 de novembro de 2015.**

Às nove horas do dia 25 de novembro de 2015, na sala de reuniões do Edifício Sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, localizado no SEPSUL 713/913, lote D, 5º andar, em Brasília, Distrito Federal, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sob a presidência de **Jurema Machado**, Presidenta do IPHAN, para a 81ª Reunião Ordinária. Os Conselheiros deliberaram sobre a seguinte Ordem-do-Dia: **PARTE DA MANHÃ: 1. INFORMES – Presidência; 2. Aprovação da Ata da 80ª Reunião do Conselho Consultivo. 3. Deliberação sobre as resoluções da Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo. 4 . PROPOSTA DE TOMBAMENTO dos Prédios das estações telegráficas construídas pela Comissão Estratégica de Linhas Telegráficas de Cuiabá a Porto Velho – Comissão Rondon, em Vilhena e Ji-Paraná – RO - Processo nº 1055-T-81. Relator: Conselheiro Synésio Scofano Fernandes. 6. PROPOSTA DE TOMBAMENTO do Ed. Sede do IAB-Departamento de São Paulo/SP - Processo nº 1732-T-15. Relatora: Maria da Conceição Alves de Guimaraens. PARTE DA TARDE – 14 horas. 5. PROPOSTA DE TOMBAMENTO do Terreiro Culto aos Ancestrais – OMO Ilê Agbôula – Salvador/BA - Processo nº 1505-T-02. Relator: Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès; 6. PROPOSTA DE TOMBAMENTO do Ed. Sede do IAB-Departamento de São Paulo/SP - Processo nº 1732-T-15. Relatora: Maria da Conceição Alves de Guimaraens. 7. PROPOSTA DE TOMBAMENTO do Teatro Cultura Artística, São Paulo/SP - Processo nº 1603-T-10. Relator: Nestor Goulart Reis Filho. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: Ângela Gutierrez; Breno Bello de Almeida Neves; Lucia Hussak Van Velthem; Luiz Phelipe de Castro Andrès; Marcos Castrioto de Azambuja; Maria Cecília Londres Fonseca; Nestor Goulart Reis Filho; Synésio Scofano Fernandes; Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, representantes da sociedade civil;**

Fabiana Oliveira, representante suplente do Ministério do Turismo; Carlos Eduardo das Comas, representante do Ministério da Educação; Carla Maria Casara, representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama; Carlos Roberto Brandão, presidente e representante do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram; Cléo Alves Pinto de Oliveira, representante do Ministério das Cidades; Maria da Conceição Alves de Guimaraens, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB; Roque de Barros Laraia, representante da Associação Brasileira de Antropologia – ABA; Rosina Coeli Alice Parchen, representante suplente do ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Justificaram ausência, os conselheiros Acir Pimenta Madeira, Arno Wehling, Cristina Nunes Galvão Barreto, Leonardo Barci Castriota, Ítalo Campofiorito, Luiz Viana Queiroz e Miriam Andrade Ribeiro de Oliveira. **ABERTURA DA REUNIÃO - MANHÃ.** A Presidenta Jurema Machado abriu a reunião agradecendo a presença dos Conselheiros e deu início à pauta prevista, com o ponto de Informes. “Selecionei três temas: a questão da lama em Mariana; uma matéria sobre o PAC Cidades Históricas veiculada no programa Fantástico da TV Globo, e as substituições nas Superintendências do Iphan. No caso de Mariana, não houve nenhum dano direto a bens protegidos pelo Iphan. No entanto, isso está sendo verificado agora, com mais precisão, a partir de um mapeamento da extensão da passagem da lama na região. O que há de possibilidade de algum dano é em vestígios arqueológicos já conhecidos, pesquisados ao longo dos processos de licenciamento. Como esses sítios foram pesquisados justamente para o licenciamento, ainda que haja um dano de coincidência da área da lama com os sítios, pelo menos a informação que resulta deles, que eles oferecem, já havia sido pesquisada e explorada. O que estamos pensando? Nós temos um programa PAC para Mariana bastante extenso. Celso Cota, então prefeito, depois cassado por alguma coisa relativa ao processo eleitoral, tomou a decisão, a exemplo de vários prefeitos de Minas, de executar diretamente as intervenções, já que havia a opção de nos delegar a execução ou eles executarem diretamente. Por serem prefeituras com alguma tradição no trato com o patrimônio, a decisão quase que unânime dos prefeitos de Minas das cidades do PAC, foi deles mesmos executarem. Estamos com alguns projetos de um rol bastante grande e temos cinco deles em condição de começar, entre eles, a restauração da sede de Mariana, já em licitação; um dos elementos artísticos da Igreja do Rosário, que a ideia é trabalhar com um programa de oficina em escola, com jovens, e a Igreja de Camargo, que está na área

de influência da lama. Queremos começar de imediato esse trabalho justamente porque significa a criação de alguns empregos. Trabalhei nessa região, em Ouro Preto, é muito claro que as mineradoras são grandes provedoras de recursos do ICMS dos municípios, mas os empregos gerados são muito poucos em relação ao volume investido e ao faturamento da empresa. Por exemplo, essa Samarco tinha 1,8 mil empregados diretos e faturamento de bilhões/ano, não sei exatamente os valores, mas lucros na faixa de bilhão, e 1,8 mil empregos diretos em Mariana, distribuídos por todos aqueles distritos, e empregos de baixa qualificação, baixa remuneração e tudo o mais. Em Ouro Preto eu vi a mesma coisa. O que movimenta a cidade é a mineração que dá caixa para prefeitura. O que movimenta a cidade, no caso de Ouro Preto, por exemplo, é a universidade, o comércio, são os serviços, é o turismo. E o prefeito tinha isso claro, porque essa população, que está relacionada diretamente com a mineração, ela é altamente dependente do serviço público da saúde. Ela é uma população que não tem meios mesmo, a não ser a dependência do município. Então, é uma falsa pujança econômica. O vice-prefeito, que permaneceu, foi quase pego de surpresa com a prefeitura. Ele tem em torno de 30 anos e está completamente apavorado. Parece que está até se saindo bem, mas chegou a ter problemas cardíacos no início do processo. Eu não sei se vocês viram. Nós temos acompanhado muito de perto e vamos ter que ajudar, tentando executar diretamente algumas coisas, de dizer, a cidade está viva, a cidade está fazendo coisas, etc. O prefeito anterior, que teve todas essas dificuldades com a execução do PAC, tinha muita clareza da importância do patrimônio como uma alternativa para Mariana. Não era discurso demagógico porque ele tomava atitudes nessa direção. Não sei se vocês se lembram, porque teve um caso de repercussão nacional, nos anos 80 talvez, um prefeito de Mariana construiu um ginásio coberto, que era com uma cobertura de lata, no centro da cidade. Celso Cota derrubou esse ginásio, fez uma adaptação, que também atendia as funções, contratou outro arquiteto, fez outro projeto. E ele vinha com várias iniciativas dessas nos distritos, ciente da dependência da mineradora como única fonte de emprego, única fonte de arrecadação. Mais do que qualquer coisa, é tentar pensar no para frente e insistir no discurso de alternativas econômicas para os municípios. Coincidentemente, nós vamos inaugurar no dia 03 de dezembro agora, o Museu de Congonhas, um projeto que vem de anos. Eu não sei se vocês têm notícias desse projeto. Eu trabalhei nesse tema por mais de 10 anos. O ex-ministro Francisco Weffort, em uma viagem a Minas, achou que os profetas estavam

expostos em más condições e sugeriu um museu para abrigá-los, e isso gerou uma reação muito grande, porque o pessoal da área não concorda em retirar as estátuas do espaço público. É um tema que até vem sendo rediscutido, mas naquele momento houve uma reação. Mas, ainda assim, a prefeitura, o Iphan e o Ministério da Cultura começaram a se movimentar para criar um museu em Congonhas, ali naquela região do adro. Tivemos durante muitos anos problemas sérios com o projeto, porque ele começou com a indicação de um terreno que não era viável, porque a igreja não concordou em permutar o terreno. Ele esteve paralisado. Voltou depois de um tempo. Foi todo executado com recursos de incentivo e recurso do município. A Unesco liderou a implantação desse projeto. Vai ser uma surpresa muito boa do ponto de vista da qualidade da exposição, que é uma exposição sobretudo informativa sobre o sítio. É quase um centro de referência do sítio, mas uma parte de acervo, que é uma coleção de Ex-votos, que foi comprado de uma colecionadora lá em Minas, da Márcia Moura Castro, e que vai constituir uma sala muito especial dentro do museu. Além disso, o museu tem uma proposta de pesquisa associada a conservação da pedra. Então, lá vão estar expostas as réplicas físicas dos profetas, que começam a ser feitas com técnicas mais contemporâneas e de muita qualidade, além de todo o tema do escaneamento digital, que foi feito ainda tudo no meu período na Unesco, com tecnologias que hoje também permitem fazer réplicas a partir de arquivos digitais. A Universidade do Paraná que tinha essa tecnologia as fez para nós. Então, o museu começa com uma boa biblioteca, com esse germe da pesquisa em torno da conservação da pedra já colocado".

O Conselheiros **Carlos Brandão** pediu a palavra para parabenizar o Iphan pela inauguração do Museu e para expressar preocupação com o prejuízo socioeconômico para as populações ribeirinhas e para a cultura ribeirinha, talvez o maior até hoje no país, segundo ele, e que essas populações sejam acompanhadas. O Conselheiro **Marcos Azambuja**, em alusão a comentários da mídia de que não era hora de inaugurar museu, observou que não poderia deixar a inauguração de um museu refém de qualquer tipo de acidente, por ser um planejamento de longo prazo, e lamentou que haja uma certa coincidência de datas, mas o museu não pode ser penalizado agora, senão nós teríamos duplo dano: o do acidente e da não inauguração. Quanto à questão de colocar os profetas no espaço interno do Museu, apontou que não há mais estatuária original ao livre, citando o exemplo a experiência europeia, por ser considerado o ar livre como chuva ácida, com elementos químicos no ar e que não era o caso de colocar os profetas

em parada, mas apenas colocar profetas na mesma gesticulação e posição, mas não os originais que já deverão estar em um lugar guardado, também visitável. A palavra foi dada à Conselheira **Carla Maria Casara** que informou estar o Ibama, juntamente com o Instituto Chico Mendes, providenciando um trabalho com as comunidades ribeirinhas, e sublinhou o ganho se for feito um trabalho integrado. A **Presidenta Jurema Machado** informou que o governo criou uma comissão integrada, que envolve Meio Ambiente, Cultura e as áreas sociais e de infraestrutura, na qual ela é a representante do Iphan e o representante do Ministério da Cultura, Fred Maia. Com relação à questão dos profetas, reiterou que é essa a conclusão de uma maturação desse processo inclusive uma das razões que atrasou muito o museu, pela desconfiança gerada, porque mexia no terreno da igreja, com essa decisão tempos atrás, gerando mal-estar na comunidade, pois esta via o caso de retirar os profetas do espaço público de Congonhas como uma possibilidade de levá-los lá para o Museu de Artes do Rio de Janeiro, dentro do pensamento “se tirar daqui, vão para um museu em uma cidade importante, que nós não somos importantes”. Em seguida **Jurema Machado** passou ao segundo informe “Eu vou passar rapidamente para o segundo informe, que foi a matéria da televisão sobre o PAC Cidades Históricas no Fantástico. Ela aponta fragilidades nossas, mas é muito enviesada no nosso entendimento. Começa com uma caminhada do Lula na Praça Tiradentes, em Ouro Preto, fazendo um lançamento do PAC Cidades Históricas, no ano de 2009. O Ministro Juca Ferreira, então ministro à época, presente àquele momento, insistia muito para que o Iphan tivesse acesso aos recursos do PAC. Então, o Iphan fez um esforço gigantesco naquele período com um grande levantamento nacional de demandas, não apenas do patrimônio edificado tombado, mas, também, de situações de saneamento, acessibilidade, contenção de encostas nas cidades históricas para montar um pacote para o PAC. Foi gerada uma lista de bens e de ações que, desde então, orientam e são prioridades para o Iphan. Mas efetivamente, recursos PAC para o Iphan só foram viabilizados em 2013. São recursos não contingenciáveis, que passam de um ano para o outro, e têm um orçamento em separado do orçamento do Iphan, com uma modalidade de gasto diferente. O recurso anunciado e autorizado, inclusive com as obras listadas, foi de R\$ 1,6 bilhão, para ser executado em três anos. É um recurso totalmente atípico, R\$ 500 milhões por ano, cinco vezes, seis, sete vezes o que o Iphan executa normalmente de orçamento. Como o Iphan não teria capacidade de executar diretamente, eram necessárias parcerias com as prefeituras. No nosso caso conseguimos

um reforço de contratos temporários de pessoas por até cinco anos, distribuídas pelo país, para apoiar as Superintendências. No PAC aprova-se um projeto, licita-se a obra e a partir daí o Governo Federal começa a pagar o desembolso. Ele não coloca dinheiro na conta da prefeitura para ficar parado no banco. Então, quem não executa, não tem o que receber. Então, o que aconteceu com a matéria é que ela diz e insinua que nós escolhemos Paranapiacaba por ser uma prefeitura do PT. Eu acho que é desnecessário dizer o que é Paranapiacaba. E no caso, a Vila de Paranapiacaba está localizada no município de Santo André. A prefeitura, há uns 10 anos, comprou toda a Vila, sendo, portanto, uma propriedade pública. E a prefeitura de Santo André, que governa uma cidade de média para grande, com mais de um milhão de habitantes, é muito organizada e capaz de concretizar ações. E como Santo André é um tema de estudos há muitos anos, aquelas casas e aquela vila estavam totalmente inventariadas. Então, era relativamente fácil realizar a execução. São 240 casas, entre madeira e alvenaria, mais os galpões da infraestrutura ferroviária. Na conversa com os repórteres que vieram aqui no Iphan, nós os questionamos: 'Mas vocês não viram as obras que estão prontas em São Luiz. Em São Luiz está tudo andando, com algumas já inauguradas'. Então, isso não apareceu na televisão. A matéria foi muito seletiva nesse sentido. Agora, da nossa parte, o que ela denuncia de fragilidade nossa? Eu mostrei para a repórter o significado que tem a questão dos projetos. A elaboração de projetos no Iphan mudou completamente. Primeiro, eles são contratados fora na sua grande maioria e não mais se licita obras com lista de serviços e estimativas baseadas em um olhar: 'Está precisando aqui... troca três terços ... 30% das telhas...', isso eram listas de serviços que serviam de orçamento para licitar as obras. Hoje o TCU nos pede até os parafusos de cada coisa. As nossas obras não têm preços padrão nas planilhas oficiais, tipo Sinap-CEF. Não temos uma planilha oficial para dizer o preço do metro quadrado de um altar restaurado. Então, tudo isso gera a necessidade de orçamento. Assim, o nosso grande gargalo é projeto, e maior ainda do que este, é o orçamento. Quando se vai fazer o orçamento, se o projeto estiver mal feito ele denuncia, porque não se consegue quantificar. Então, nós chegamos com volumes de projeto que ocupam essa mesa aqui para fazer uma igreja (aponta para a mesa de onde conduz a reunião). Quer dizer, é aquela coisa do cachorro correndo atrás do rabo. Se não fazemos adequadamente, somos pegos ou criticados pelos órgãos de controle. E as obras praticamente não admitem aditivo. Não conheço obra de restauração, no tempo clássico, em que nós tínhamos aditivo para tudo. Você

abre o telhado: Eu achei que eram só duas tesouras, vai ter que trocar cinco', isso não pode mais. Achou, não achou, vai ter que ser o que está lá no projeto. Então, esse tipo de situação nos atrasou muito. Da nossa fragilidade, eu acho que foi sobretudo não separar um pouco o joio do trigo e pegar algumas situações muito emergenciais e tratá-las de forma diferenciada. Mas, de uma forma geral, o PAC Cidades Históricas vai razoavelmente bem dentro das limitações. Nós temos tido umas avaliações mais recentes sobre o volume de obras. Há mais de 60 obras em andamento, coisa que não foi mostrada. Tem outras 60 licitando. Esse número muda todo dia. E os projetos para as demais estão praticamente prontos da metade para o fim. Nós podemos vir a ter problema, e teremos certamente com o fluxo de recursos financeiros, orçamentários nem tanto, mas financeiros. Se não houver nenhuma mudança no quadro econômico, nós podemos ter mais adiante que deixar de contratar coisas para as quais fizemos projetos. Mas aquilo que está contratado vai seguir normalmente, e só aquilo que está contratado já é muito grande". A **Conselheira Cecília Londres Fonseca** pediu a palavra para dizer que ficou surpresa e incomodada pelo tom alarmista da reportagem, um tom que não era muito positivo, pois, na concepção dela, o objetivo de um programa como o "Fantástico" é de conquistar a sociedade para essa questão do patrimônio, mostrando os problemas, mas mostrando também a necessidade de engajamento, mas o programa em questão ficou muito em um tom apenas alarmista de crítica. A **Conselheira Maria da Conceição Alves de Guimaraens** informou que a Comissão do Patrimônio do Instituto de Arquitetos do Brasil vai se reunir e discutir a matéria. A Presidenta **Jurema Machado** acrescentou que foram passadas muitas informações para os repórteres, mas desconsideradas na elaboração da reportagem o que a deixou indignada num primeiro momento, mas evoluiu para muita tristeza posteriormente porque, segundo ela, o Iphan não parou. "O Programa Monumenta começou com execução muito baixa porque era muito complicada e difícil a execução de recursos externos. Mas ele foi num crescendo e até 2011, o orçamento do Iphan foi a um patamar inédito, com ligeira queda em 2012 e, em 2013, é realimentado com os recursos do PAC. O problema de conservação de sítios históricos não é apenas de ficar restaurando, mas são outros problemas que temos que resolver junto com a questão de moradia nessas áreas. Os imóveis particulares respondem muito mais pela má imagem dos sítios históricos do que os monumentos, que estão em relativo bom estado. Basta percorrer as igrejas de Salvador e se verá, ou igreja em obra, ou igreja bem conservada, com poucas

exceções. Então, é muito superficial essa história de pegar um drama. E a pessoa falava assim: ‘por que Jaguarão?’ Primeiro porque é uma cidade importantíssima, fronteira do Uruguai. Segundo, porque é uma cidade de 30 mil habitantes parada nos anos 20 e com uma arquitetura interessantíssima, um pedaço do território que tem que estar representado pela política de proteção do patrimônio. E a repórter insistia ‘por que Olinda é mais importante do que Jaguarão!’. Depois eu fui entender a insistência da dela com Jaguarão. É porque é uma prefeitura do PT. Então, foi muito chato isso, pois dá essa impressão de superficialidade, justamente em uma fase que tem 15 anos de investimento sem parar no patrimônio vem essa crítica”. Se dirigiu à Conselheira Maria da Conceição Alves de Guimaraens para dizer que agradecia ao IAB e passaria ela muito mais informação do havia sido veiculado. Em seguida, **Jurema Machado** abordou a questão das substituições das Superintendências, especialmente as do Maranhão e da Bahia que ocorreram no final de 2015, mas que é um processo iniciado desde o começo do ano de solicitações políticas para substituição de superintendentes, algo inédito na história do Iphan. Acentuou que o ministro tem sido totalmente inflexível na questão relativa à qualidade dos profissionais, mas que as duas situações ocorridas, foram situações extremas e ele não teve condição de sustentar a negativa, especialmente no caso de Salvador, cujo Superintendente não tem nenhuma trajetória na área de patrimônio, embora tenha sido um gestor público sem nenhum problema ao longo de sua carreira, tendo trabalhado muitos anos na Anatel e com uma trajetória de servidor público correta, enquanto o indicado para o Maranhão é um arquiteto na área de planejamento urbano, mas com leve proximidade com o tema. Destacou, ainda, que houve a mesma natureza de substituição na Superintendência do Piauí, mas por um arqueólogo professor da Universidade, que não trará muitos problemas. Sublinhou que tem feito um rito de passagem com esses três superintendentes, trazendo-os a Brasília para treinamento e dizendo a eles que, embora a indicação tenha vindo de fora, eles estão sob orientação dela, Presidente, do Ministro e dos Diretores do Iphan. Os dois superintendentes, Maranhão e Bahia, estão se relacionando bem com as equipes. Ressaltou, enfaticamente, que não está admitindo outras trocas, a não ser aquela oriunda de solicitação de moto próprio do superintendente, pois considera que ainda há risco de novas tentativas para outras superintendências, mas que há um limite e esse limite é o limite do ministro. A **Presidenta Jurema Machado** deu início ao 2º ponto da pauta, discussão e aprovação da Ata da reunião anterior, mas, antes, registrando a pedido da

Conselheira Maria Cecília Londres Fonseca, o falecimento da promotora Juliana Santilli aos 50 anos por um AVC. Sócia-fundadora do Instituto Socioambiental, publicou livros nessa área de direitos relativos à questão ambiental e agro biodiversidade e uma parceira extremamente atuante do Iphan, tanto no imaterial, como no material, na medida em que o Iphan agora tem também atribuição de participar de licenciamentos ambientais. Em seguida a Presidenta procedeu à **votação da Ata da 80ª** Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, realizada em 11 de junho de 2015, **aprovada por unanimidade**. Em seguida a Presidenta deu início à discussão do ponto **3 da pauta: Deliberação sobre as resoluções da Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo**. O Diretor do Depam, Andrey Schlee, procedeu à leitura da Ata da 13ª Reunião da Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo, com a recomendação de indeferimento de três processos de tombamento já notificados, cujos bens estão sob tombamento provisório: processo nº 1525-T-05, referente ao Mausoléu Ícaro, situado no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro/RJ; processo nº 1518-T-04, referente à Casa onde residiu o ex-presidente Wenceslau Braz, em Itajubá/MG e processo nº 1506-T-03, referente ao Sistema de Bondes de Santa Teresa, no Rio de Janeiro/RJ. *“ATA 13ª SESSÃO DA CÂMARA SETORIAL DE ARQUITETURA E URBANISMO. Às 14h do dia 24 de novembro de 2015, na sede do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, inscrito no CNPJ sob o nº 26.474.056/0001-71, localizado no Setor de Edificações Públicas Sul – SEPS, Quadra 713/913, Bloco “D”, Ed. IPHAN, Brasília – DF, foi realizada a 13ª Sessão da Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo, em que estiveram presentes os Conselheiros, Carlos Eduardo Comas, Cléo Alves Pinto de Oliveira, Maria da Conceição Alves de Guimaraens e Nestor Goulart Reis Filho, além do Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM, Andrey Rosenthal Schlee, que a presidiu, da Coordenadora Geral de Identificação e Reconhecimento do DEPAM, Anna Eliza Finger, da Coordenadora do DEPAM, Carolina Di Lello Jordão, das técnicas do DEPAM, Juliana de Souza Silva e Celma do Carmo de Souza Pinto, e do aluno do PEP, Danilo Pereira. A sessão foi aberta pelo Sr. Andrey Schlee, que agradeceu a presença e passou aos itens de pauta. ITEM 1. Processo de Tombamento nº 1525-T-05 – Mausoléu Ícaro, situado no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro – RJ. Após discussão, considerando os bens já tombados pelo IPHAN relacionados à memória de Santos Dumont serem mais significativos, e que o bem em questão não apresenta relevância artística, a Câmara*

entendeu que não se justificaria o ônus adicional que o tombamento desse bem representaria à União, opinando pelo indeferimento da proposta. Entretanto, uma vez que não há manifestação da Superintendência, solicitam o encaminhamento do processo para análise por essa instância. Sugerem ainda encaminhar documentação para o município do Rio de Janeiro, para avaliação quanto à pertinência da proteção em nível municipal. ITEM 2. Processo de Tombamento nº 1518-T-04 – Casa onde residiu o ex-presidente Wenceslau Braz, em Itajubá/MG. Após discussão, a Câmara entendeu não ser o bem detentor de valores artísticos que justifiquem seu tombamento federal. Enquanto bem de valor histórico, consideraram que o tombamento em nível estadual já existente é o mais adequado, opinando pelo indeferimento da proposta de tombamento em nível federal. ITEM 3. Processo de Tombamento nº 1506-T-03 – Sistema de Bondes de Santa Teresa, no Rio de Janeiro/RJ. Após discussão, a Câmara entendeu que o sistema de bondes de Santa Teresa é de importância local, não tendo significação em nível federal, se comparado, por exemplo, às ferrovias e portos, que não são tombados e nem se propõe a tombá-los, a não ser em casos muito específicos. Considerou ainda que não compete ao instrumento do tombamento garantir a permanência da operação do sistema, assim como não cabe o tombamento do uso de imóveis. Por fim, avaliaram ser suficiente o tombamento estadual já existente, sugerindo, entretanto, a verificação da proteção em nível municipal, e opinando pelo indeferimento da proposta de tombamento em nível federal. ITEM 4. Discussão sobre o Processo de Tombamento nº 1603-T-10 – Teatro Cultura Artística, em São Paulo/SP, a ser analisado na 81ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. O conselheiro Nestor Goulart Reis apresentou seu relato em relação à proposta de tombamento, concluindo manifestando concordância com a proposta técnica de proteção da fachada e foyer, a ser inscrita no Livro do Tombo Histórico, e do painel de Di Cavalcanti, a ser inscrito nos Livros do Tombo Histórico e das Belas Artes, e colocando em questão a inclusão do acervo, o qual defende, em função da preocupação com o risco de sua perda quando da obra de reconstrução do Teatro. O conselheiro Carlos Eduardo Comas propôs o reconhecimento também da fachada e do foyer por seu valor artístico, de forma a garantir a conservação do caráter original do espaço no novo projeto. Acerca do acervo documental, a técnica Juliana Silva lembrou a existência, no âmbito do CONARQ, de legislação específica que protege arquivos privados de interesse público, e que, por esse motivo, a questão do tombamento de

arquivos tem sido debatida no âmbito interno do IPHAN, considerando se seria o tombamento o instrumento mais adequado para a proteção desse tipo de bem. O Diretor Andrey Schlee noticiou a criação de uma Câmara Setorial de Bens Móveis, proposta para a 81ª Reunião, com a responsabilidade de debater o tombamento de bens dessa natureza. O conselheiro Nestor Goulart sugeriu então que a inclusão do acervo documental seja debatida no âmbito dessa Câmara. A conselheira Maria da Conceição Alves de Guimaraens também manifestou a preocupação quanto ao acervo documental e de bens móveis existente no edifício sede do IAB-SP, cuja proposta de tombamento será analisada durante a 81ª Reunião do Conselho, acrescentando a necessidade de inventariação e verificação da autoria da obra atribuída a Bruno Giorgi. Item 5. Proposta ampliação da proteção de bens tombados na região portuária de Porto Alegre – RS. O Diretor Andrey Schlee consultou os conselheiros acerca da possibilidade de ampliação da proteção dos bens tombados na região portuária de Porto Alegre, que vem sendo demandada por instituições como IAB, em virtude da existência de projeto de intervenção na área que trará impactos significativos para a região. Após historiar a ocupação da área, o conselheiro Carlos Eduardo Comas manifestou sua concordância com o estudo da ampliação da proteção para abarcar os armazéns. Nada mais havendo a tratar, o Diretor do Depam encerrou esta sessão, cujas decisões foram lavradas na presente ata. Lido este instrumento, assinam, em Brasília, em 24 de novembro de 2015.” A Presidenta abriu a palavra para discussão das propostas da Câmara. Não havendo manifestações em contrário, as recomendações contidas na Ata da 13ª Sessão da Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo: 1. Indeferimento do Processo de Tombamento nº 1525-T-05 – Mausoléu Ícaro, situado no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro – Rio de Janeiro; 2. Indeferimento do Processo de Tombamento nº 1518-T-04 – Casa onde residiu o ex-presidente Wenceslau Braz, em Itajubá/MG; 3. Indeferimento do Processo de Tombamento nº 1506-T-03 – Sistema de Bondes de Santa Teresa, no Rio de Janeiro/RJ; 4. Estudo da ampliação da proteção dos bens tombados na região portuária de Porto Alegre para abarcar os armazéns **foram aprovadas por unanimidade**. O Diretor do Depam propôs a criação de uma Câmara Setorial de Bens Móveis, para tratar de assuntos relativos à identificação, reconhecimento e gestão de obras de arte, coleções, acervos, museus, entre outros, tendo recebido manifestação favorável por parte do Conselho. A Presidenta Jurema Machado informou que serão tomadas as providências para a criação

da Câmara, o que deve acontecer até a próxima reunião. Finalizado esse ponto, passou-se à deliberação do ponto **4. Tombamento Prédios das estações telegráficas construídas pela Comissão Estratégica de Linhas Telegráficas de Cuiabá a Porto Velho – Comissão Rondon, em Vilhena e Ji-Paraná – RO - Processo nº 1055-T-81.** Relator: Conselheiro Synésio Scofano Fernandes. Antes da leitura do parecer, o Diretor do Depam, Andrey Schlee, fez uma breve apresentação do tema. A seguir, o relator passou à leitura de seu parecer. **“PROCESSO Nº 1055-T-82-MUSEU RONDON.** 1. Processo nº1055-T-82 foi iniciado como decorrência de solicitação do Prefeito da cidade de Vilhena, do então Território de Rondônia, conforme o exposto no Ofício nº178/SEMEC, de 28 de setembro de 1981. A petição tinha em vista o tombamento das instalações da Estação Telegráfica de Vilhena construída, em 1904, pela Comissão Rondon, chefiada pelo Coronel Mariano da Silva Rondon. Inicialmente, o tema foi tratado como o tombamento da “Casa de Rondon”. O Prefeito do Município de Vilhena, na proposta de tombamento, refere-se ao povo de Vilhena, que tem o orgulho de contar “... entre seus mais antigos moradores uma figura ímpar” como a do Marechal Cândido Rondon. Investigações posteriores indicaram que Rondon não residiu em Vilhena, nem, portanto, no prédio da estação telegráfica que se destinava a abrigar as condições necessárias para a realização de um trabalho específico: a ligação telegráfica. Não era uma moradia. 2. O tombamento solicitado tinha, antes, um fundamento subjetivo, fortemente simbólico. Dizia, então, o Prefeito de Vilhena: “A sua presença marcante (a de Rondon) aqui se faz presente na casa que habitou e nos objetos tocados pelas suas mãos”. “Queremos que ela (o Museu de Rondon) permaneça assim como está como um marco, um incentivo às nossas gerações futuras, de amor às nossas coisas e à nossa história”. Continua o Prefeito de Vilhena: “Baseado nesse sentimento, nessa necessidade de preservação de nossos valores históricos é que resolvi dirigir-me a Vossa Senhoria...”. Então, a iniciativa de solicitar o tombamento decorreu, inicialmente, dessa vontade em exaltar a figura de Rondon e, ao mesmo tempo, se associar a um personagem que marcou o processo de integração, ao resto do nosso Brasil, de uma vasta área que se estendia do sul amazônico ao sudoeste brasileiro. Um vazio, desarticulado, desconhecido, inóspito, em relação ao qual corriam lendas produzidas nos seus arredores, constituídos por cidades estranhas. Ora, é indiscutível que a figura de Rondon tem um relevo especial na história, objetiva e subjetiva, e na cultura daquela região. Mas a questão é apreciar e avaliar a proposição de que os prédios das instalações

telegráficas de Vilhena e de Ji-Paraná, construídos em 1904 e 1914, e um pequeno acervo deveriam ser objeto do instituto de tombamento. O primeiro fator a favorecer o tombamento, não há dúvida de que é o enlace com o simbolismo da figura de Rondon. As instalações da Estação Telegráfica de Vilhena serviram como sede de trabalhos realizados pelo o então Coronel Rondon, durante as atividades da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso. Dentre os remanescentes de outras Estações Telegráficas estabelecidas na região - edificações, postes, fiação, equipamentos variados - a Estação Telegráfica de Vilhena e a antiga sede do Posto Telegráfico Presidente Pena, construído pela Comissão Rondon, em 1914, em Ji-Paraná, atual município de Rondônia, são os que apresentam os melhores estados de conservação. Mas outros fatores, além do simbolismo construído pela figura de Rondon, favorecem a iniciativa do tombamento porque, com o procedimento, se estaria fazendo o registro de diferentes ações que tiveram por objetivo a integração desse vastíssimo território ao brasileiro. A construção das linhas telegráficas possibilitava a comunicação entre os habitantes, as povoações, de pequenas localidades que se desdobravam nos eixos, favorecendo, ainda de modo incipiente, a ação administrativa, a unidade política, o socorro de pessoas, o delineamento de medidas de defesa. Mas esse grande movimento para integração desses vastíssimos territórios, embora não se constituísse em uma explícita meta de um programa de governo, era, na época, uma intenção permanente dos governos brasileiros e, particularmente, do Exército, que se preocupavam com a defesa territorial, especialmente, após a Guerra do Paraguai. Para o Exército Brasileiro, no entanto, estava sempre presente que a posse e a manutenção do território não se restringiam apenas a ações bélicas voltadas para a contraposição a um suposto inimigo, mas, fundamentalmente, deveriam estimular políticas visando à vivificação de vazios demográficos e à integração econômica, política e social, enfim cultural, ao restante do Brasil. À ligação telegráfica, cujas as direções gerais das linhas, permitiram ou facilitaram o povoamento e a posterior construção de estradas, estava associado um conjunto de outras iniciativas: o conhecimento do território com levantamentos topográficos e o registro de pontos capitais, essenciais aos trabalhos de cartografia, o conhecimento da flora e da fauna da região e a proteção às diferentes comunidades indígenas. Todas essas atividades foram desenvolvidas, de 1892 a 1930, no âmbito do que se denominou, genericamente, de Comissões Rondon e que, de acordo com a ênfase dos trabalhos programados e realizados, assumiram designações diferenciadas: -

Comissão para reconstruir a linha telegráfica Cuiabá - Araguaia e construir uma estrada estratégica ligando Cuiabá ao Araguaia (1890-1898); - Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso (1900-1906), que se estendiam de Cuiabá até as fronteiras brasileiras com a Bolívia e o Paraguai; - Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMA) (1907-1915), que viabilizou a criação do Serviço de Proteção ao Índio; - Expedição Científica Roosevelt – Rondon (1913-1914), que foi uma viagem de exploração pelas florestas brasileiras, por 686 quilômetros, do rio Paraguai até Manaus, que deu prosseguimento aos trabalhos de investigação nas áreas da zoologia, botânica, geologia, topografia, hidrografia e outros aspectos geográficos das regiões percorridas; - Comissão da Carta Geográfica de Mato Grosso (1915-1919), que se dedicou à conclusão dos levantamentos topográficos dos rios, à elaboração de plantas com as exatas posições dos principais pontos geográficos, à coleta e catalogação de material para estudos sobre a natureza da região, bem como à execução dos trabalhos de conservação e aparelhamento da linha telegráfica; - Comissão Especial de Inspeção de Fronteiras (1927-1930), que realizou expedições às fronteiras da Guiana Francesa, da Guiana, do Sul da Venezuela, do Suriname, da Colômbia, do Peru, da Bolívia, do Paraguai e da Argentina. Todos esses trabalhos se desenvolveram por quase 40 anos, sob condições de extremas dificuldades, próprias do início do século passado. Adaptando passagens de Fernando de Brito Freire inscritas em “A Nova Lusitânia: história da Guerra Brasílica”, os integrantes dessas Comissões transitavam por rios nunca passados, enfrentavam as asperezas de matos nunca abertos, encontravam nos animais peçonhentos, ou ferozes, menos piedosos homicidas que os inimigos de uma batalha. Rondon foi a figura central a impulsionar e a liderar, pessoalmente, o empreendimento. Rondon, de origem indígena na linha das bisavós maternas - das tribos bororo e terena - e por parte de sua avó paterna, descendente guaná, nasceu em Mimoso, próximo a Cuiabá. Órfão de pai e mãe desde os dois anos, diplomou-se na Academia Militar do Rio de Janeiro como Engenheiro Militar. Galgou todos os postos da carreira militar e tornou-se uma figura relevante da História do Exército e do Brasil. Portanto, além do simbolismo da associação à figura de Rondon, o tombamento das estações telegráficas de Vilhena e de Ji-Paraná, no Livro de Tombo Histórico, se justifica, como bem afirmam o DEPAM e a Procuradoria do IPHAN, por que: - ilustrará o trabalho das diversas comissões de construção de linhas telegráficas que foi resultado de uma política específica de integração nacional, com especial importância para a

região Norte/Centro-Oeste; - servirá de exemplo de um momento da história da tecnologia quando houve surgimento das telecomunicações, com todas as implicações que isso representou; - ilustrará como se deu o processo de ocupação da parte norte da região Centro-Oeste e, em especial, do Mato Grosso e de Rondônia; - servirá como um marco da ação de Rondon, “um homem época” que alterou de forma significativa os rumos históricos do País, por sua ação em diversos campos, em trabalhos que se iniciaram, justamente, com a construção de linhas telegráficas, tal como representadas nas casas existentes em Rondônia. Um dos poucos vestígios da atividade de integração por intermédio das linhas telegráficas são as estações existentes em Ji-Paraná e Vilhena, que devem ser preservadas pelo instituto do tombamento. Cumpre ressaltar que as referidas estações telegráficas estão tombadas, em nível estadual, pela Constituição do Estado de Rondônia. Consideramos que os acervos ainda existentes nas duas estações não são representativos dos bens em tombamento. As linhas de delimitação da área do entorno das duas edificações são as previstas na notificação publicada no DOU nº121, de 25 de junho de 2012. Os procedimentos administrativos para o tombamento foram observados. Portanto, indico, ao ilustre Conselho Consultivo do IPHAN, o tombamento das estações Telegráficas de Vilhena e Ji-Paraná, com inscrição no Livro de Tombo Histórico. Brasília, 25 de novembro de 2011. Synésio Scofano Fernandes. Conselheiro. 81ª Reunião”. A Presidenta **Jurema Machado** passou à discussão do parecer do relator. A Conselheira **Lucia Hussak Van Velthen** pediu a palavra para dizer que concordava com o parecer e destacou a importância de Rondon, sendo ele o fundador, a base da Política Indigenista no Brasil com a criação, inicialmente do SPI, em 1910, que depois desembocou na FUNAI. Lembrou, ainda, do principal lema de Rondon: “Morrer, se preciso for, matar nunca”. Um lema que, segundo ela, de grande atualidade, mas não incorporado pelos ruralistas, não só de Rondônia, mas, sobretudo no Mato Grosso do Sul, onde vige um lema às avessas: “Matar se preciso for, morrer jamais”. Para a Conselheira, todas as homenagens feitas a Rondon sempre serão insuficientes. A seguir a palavra foi dada ao Conselheiro **Roque de Barros Laraia** que elogiou o parecer e disse que aprendeu a admirar Rondon desde pequeno. Ressaltou que, como grande herói nacional, ele é uma antítese do general Rocas, da Argentina, que fez a famosa Guerra do Deserto, como se tivesse deserto, uma população cheia de índios. Fez referência a um cientista alemão, diretor do Museu Paulista, Hermann Von Ihering que, em 1910, propôs o extermínio dos índios kaingang. Segundo o Conselheiro, esse cientista disse

formalmente: “Já que não foi possível civilizar, transformar em cristãos, então que os exterminem”. Rondon se mobilizou, e foi nesse momento a primeira manifestação da população brasileira a favor dos índios, coisa que era muito rara, derivando daí a criação do Serviço de Proteção aos Índios. Por último, fez uma abordagem étnica sobre a descendência de Rondon: “eu sempre queria saber qual era exatamente a ascendência indígena de Rondon. Eu sabia que ele era descendente de índio, mas não tinha informação muito segura. Pela afirmação do parecer, ele disse o seguinte: “A origem indígena na linha dos bisavôs maternos das tribos Bororó e Terena, e por parte da sua avó paterna, descendente Guaná”. Na verdade, que o que acontece é que não são três etnias que estão aí, são somente duas. É Bororo e Terena. Guaná é a língua dos Terenas. Então, na verdade, ele é descendente de Bororo e de Terena”. O Conselheiro Synésio Fernandes apontou que Rondon tinha também a descendência europeia, porque os avós dele também eram portugueses. A Conselheira **Cléo Alves Pinto de Oliveira**, tomando por base que as duas estações citadas do parecer que estão em melhor estado de conservação, perguntou a Andrey Schlee se havia sido feito um trabalho de inventário das outras para que pelo menos se tivesse um registro de todos os remanescentes que existem, ao que o Diretor respondeu que o Depam desenvolveu há algum tempo dois grandes projetos de inventário que foram chamados de Grandes Roteiros, um de Rondon e o outro da Coluna Prestes, e que, agora, aparece o primeiro resultado dos trabalhos relacionados a Rondon, quais sejam, a instrução de tombamento e o acompanhamento desse tombamento. Ainda, segundo ele, em geral, outras estações remanescentes, por serem muito rudimentares, foram se perdendo, sendo essas duas as únicas em condições de fato. A palavra foi dada ao Conselheiro **Nestor Goulart Reis**. “Em primeiro lugar, cumprimentar o general pelo parecer. Há um aspecto que eu gostaria de destacar. Durante o período colonial e durante o Século 19, nós tínhamos aquilo que no período colonial se chamavam de aulas militares, que eram os primeiros cursos de engenharia no Brasil, repetindo as aulas militares portuguesas. E quando Dom João VI vem para o Rio de Janeiro cria a academia, mas o curso de engenharia era dado dentro da Academia Militar. Ainda não se havia adotado o esquema alemão de ter as tecnologias dentro das universidades, até porque isso foi posterior, também, ao esquema Bonaparte de criar os institutos isolados. Portanto, todo o trabalho de formação de engenheiros, e com os conhecimentos relacionados de ciências exatas e ciências biológicas, a preparação de quadros no país foi feita dentro do Exército, dentro da

Academia Militar que resultou na formação de algumas pessoas as mais destacadas na nossa área de engenharia. Interessa destacar a importância que esse curso de engenharia teve para a formação brasileira. Primeiro eu citaria aqui esses quadros em boa parte participantes das comissões científicas que começam no final do Império e que tem essa importância toda ao longo da Primeira República. E destacaria três figuras da nossa história que passaram por esse processo, e dois deles de origem extremamente humilde, o menos humilde, mas também de sangue indígena foi Euclides da Cunha. Todo aquele conhecimento que está contido no Sertões tinha sido levantado pelas Comissões Científicas que percorria o interior do Nordeste e outras regiões. Esse trabalho foi feito por essas Comissões cujo valor ainda não foi reconhecido no país. Nas condições de dificuldades que estão descritas aqui. A segunda figura é do Rondon que diz respeito sobretudo a questão do respeito pelos indígenas. E Rondon entre todos nós que descendemos de indígenas talvez tenha sido o único que realmente implantou uma política desse tipo neste país e fez o reconhecimento público disso. Não encontro nada parecido na nossa história. O terceiro me diz respeito muito proximamente que era Teodoro Sampaio. No caso não descendente de indígena, mas descendente de negros, a mãe dele era uma escrava e o pai era o dono do engenho e fingiram que era filho do padre e foi protegido e, enfim, teve instrução mínima, indo para a Academia no Rio de Janeiro, estudou engenharia, participou de Comissões Científicas, um trabalho fundamental, ele fez os levantamentos geográficos nas comissões na Bahia, no sertão do Nordeste, participou no sertão do estado de São Paulo, um estado que não era o dele, teve um papel central, desenhou inclusive muitas das nossas cidades, as primeiras plantas de cidades levantadas desse modo. Principalmente em São Paulo, a contribuição dele foi excepcional. Agora se começa a estudar a obra dele. Então para a história brasileira esses homens tiveram uma importância extraordinária. Esses três homens: Euclides, Rondon e Teodoro Sampaio se situaram no ponto mais alto de contribuição técnica-científica do país, porque não como ficou claro no comentário do general, eles não faziam simplesmente um trabalho de engenharia, eles faziam o trabalho que na época se chamava de “naturalista”, porque eles faziam inclusive levantamentos sobre as condições dos indígenas, etc. Obrigado, parabéns pelo relato”. Em seguida falou o Conselheiro **Marcos Castrioto de Azambuja**: “Eu conheci a filha de Rondon. Pela proximidade quando você fala em Rondon como uma figura absolutamente épica, eu me lembrei da Malu Rondon que era uma mulher eminente, encantadora, bonitíssima. De

modo que, a proximidade da história brasileira não é a idade média, são pessoas que se conheceu, a filha e as netas. Rondon tinha uma improbabilidade física, pelo que vi naquelas fotografias da viagem que ele fez Roosevelt, este robusto, e o Rondon magrinho, miúdo, mas uma pessoa que o próprio Roosevelt no livro dele, ao falar dessa viagem ao Brasil, destaca Rondon como uma pessoa épica, quer dizer, é uma resistência ao cansaço, à fadiga, isto significa dizer que Rondon não é uma pessoa que tenhamos inventado, é de fato um desses sujeitos de outra época. Não há quase registro de doença, todos vão ficando doentes e ele continua impávido. Creio que as homenagens a Rondon são virtuosas, são apropriadas e de certa maneira trazem a história do Brasil muito perto a nós. O Brasil é uma invenção muito recente. As pessoas não se dão conta como o Brasil é recente. Quer dizer, havia uma demarcação, havia um espaço, mas um espaço vazio. A minha única ideia, general, depois de ouvi-lo, é que é muito difícil reconstituir quase palhoças, porque ele fez aquelas estações telegráficas e eram muito frágeis. Mas eu acredito muito na placa, no memorial, no obelisco, uma coisa em pedra. Que marque, que sinalize tanto na Coluna Prestes, como nas viagens do Rondon essa ideia”. A seguir, a Presidenta Jurema retomou a palavra e passou ao processo de votação, pedindo aos Conselheiros favoráveis se manifestarem levantando a mão. Contabilizado os votos, os Conselheiros **aprovaram por unanimidade o tombamento dos prédios das estações telegráficas, construídas pela Comissão Estratégica das Linhas Telegráficas Cuiabá/Porto Velho, Comissão Rondon, em Vilhena e Ji-Paraná, com inscrição no Livro de Tombo Histórico, nos termos do parecer do relator.** Conforme proposta do Diretor do Depam, o Conselho também aprovou por unanimidade a redução dos perímetros de entorno notificados. Foi anunciada pela Presidente, a presença da Superintendente do Iphan no Estado de Rondônia, Mônica Castro de Oliveira, que fez o uso da palavra. “Bom-dia. Este ano se comemora o nascimento de Rondon, 150 anos, e é quase redundante dizer da importância do Marechal Rondon no Estado de Rondônia. O Estado tem se mobilizado, e este ano têm algumas ações voltadas a essa comemoração e muitas das pessoas muito interessadas em estar presentes nesta reunião do Conselho estão, neste momento, na cidade de Porto Velho trabalhando na montagem de um Memorial Rondon que vai ser administrado pelo Exército no ponto final das linhas telegráficas, que fica na localidade de Santo Antonio, dentro da cidade de Porto Velho, um dos pontos iniciais da estrada de ferro Madeira/Mamoré que se relaciona com os postos telegráficos. Mas com relação a essas duas edificações e o trabalho a ser

realizado, essa aqui que está na tela já é o Museu das Comunicações do município de Ji-Paraná. Ele participa da Semana de Museus do Ibram, e seu acervo é bastante bem trabalhado pela Fundação Cultural do município, cuja presidente deste órgão, é uma das mais entusiasmadas parceiras que temos no Iphan, com muitas ações pensadas para trabalhar nesse museu para além da memória do Rondon, agregando outras discussões relacionadas a patrimônio cultural, tendo esse espaço como espaço privilegiado de uso. Esse espaço vinha sofrendo algumas pressões imobiliárias. Fica numa área central da cidade de Ji-Paraná, tem uma igreja ao lado para a qual existe a intenção do bispo de ampliá-la, inclusive havia a proposta de retirada dessa edificação. Então, o tombamento foi retomado até como estratégico para esses municípios. O município de Vilhena ainda não tem esse uso, mas ele vem sendo pensado e trabalhado dessa forma, que foi de onde se originou o pedido, inicialmente, o pedido se referia apenas à edificação de Vilhena e isso foi ampliado para também essa edificação”. **Jurema Machado** ressaltou que, além da relevância dos dois tombamentos em si, é o fato de se marcar uma presença da política de patrimônio no território, como um todo. São os remanescentes da Madeira/Mamoré. **Mônica Castro de Oliveira** complementou que todos se relacionam com Rondon de certa forma, citando o Real Forte Príncipe da Beira, tombado nos anos 50, reencontrado pelo Rondon em suas andanças. “Ele estava desaparecido na mata e foi reencontrado. A estrada de ferro Madeira/Mamoré e os postos telegráficos se relacionam, os postos atendiam também essa demanda da Madeira/Mamoré. Esse é um bem tombado bastante significativo, acho que se completa, com relação a Rondon, marcam o território”, complementou Mônica Castro de Oliveira. Em seguida a Presidenta propôs adiantar a deliberação sobre o ponto **6. Proposta de Tombamento do Ed. Sede do IAB-Departamento de São Paulo/SP - Processo nº 1732-T-15.** Relatora: Maria da Conceição Alves de Guimaraens, previsto para a parte da tarde. O Diretor do Depam apresentou dados sobre a edificação e em seguida a conselheira relatora fez a leitura de seu parecer: “**PARECER. Processo nº 1732-T-15.** Edifício-sede do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de São Paulo. Consciente de que é preciso se distanciar da paixão e dos interesses que poderiam obnubilar os critérios de análise, trato nesse Parecer do pedido de Tombamento do edifício-sede do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de São Paulo – IAB SP, situado à rua Bento Freitas, 306, Vila Buarque, São Paulo, capital do estado de São Paulo. De início, importa registrar que o “mérito do valor cultural” do edifício-sede do Instituto de

Arquitetos do Brasil, Departamento de São Paulo – IAB SP, para o qual indico o Tombamento nos Livros Histórico, e no Artístico e das Belas Artes, está expresso na história da ação social da instituição e no uso cultural do bem. Dessa perspectiva, observo que o Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB é produto de livre associação dos arquitetos e urbanistas brasileiros e tem a missão cultural e política de representá-los, promover a valorização da Arquitetura e ampliar a função social da profissão face à sociedade brasileira. Membro da União Internacional de Arquitetos, órgão consultor da Unesco, o IAB é herdeiro direto do Instituto Brasileiro de Arquitectura, criado em 1921, após reunião de 27 arquitetos e engenheiros na Escola Nacional de Belas Artes, na cidade do Rio de Janeiro. O IAB é, portanto, a instituição mais antiga de representação dos arquitetos e urbanistas existente no Brasil. Atualmente, a Direção Nacional do IAB está sediada na cidade do Rio de Janeiro sob a presidência do arquiteto e urbanista Professor Sérgio Magalhães, criador do Favela-Bairro, programa de integração de áreas urbanisticamente informais na cidade formal. Vinte e sete representações estaduais do IAB, incluindo 26 estados e o Distrito Federal e os núcleos locais, atuam hoje de modo federativo e permanente no sentido de ampliar a significância cultural e política da Arquitetura e dos arquitetos. O Engenheiro-Arquiteto e Professor Adolfo Morales de Los Rios foi o primeiro presidente entre 1921 a 1924. No âmbito desse Parecer não caberia nominar todos os colegas que estiveram à frente da instituição, ao mesmo tempo em que se distinguiam profissionalmente. No entanto, deixo aqui registrado que arquitetos muito reconhecidos participaram da missão política e cultural de liderar o Instituto em nível nacional. Porém, destaco que, dentre os 34 presidentes que estiveram à frente da Direção Nacional, encontram-se arquitetos atuantes na cidade de São Paulo. Denoto, nesse sentido, que, no escritório do Departamento do IAB SP, situado no edifício para o qual hoje o Tombamento é solicitado, exerceram a presidência nacional do IAB os arquitetos Paulo Camargo de Almeida (entre 1943 e 1946), Fábio Penteadó (1966 a 1968), Eduardo Kneese de Melo (1968 a 1970), Fábio Goldman (1986 a 1989), Ciro Felice Pirondi (1992 a 1994), Miguel Alves Pereira (1989 a 1992) e Gilberto Belleza (2006 a 2008). Esses colegas, em mandato eletivo pleno, assumiram a maior instância administrativa do IAB para garantir, entre outras bandeiras da instituição, a luta pela dimensão cultural do Projeto de Arquitetura e Urbanismo, essência da profissão; pela melhoria da realidade urbana brasileira, cujo passivo sócio habitacional é até hoje considerável; e pela retomada do Concurso de Projetos para as obras públicas,

fator de qualificação das cidades e do fortalecimento da cultura nacional. Reafirmo, portanto, que, para o IAB, o espaço urbano, instituído com edifícios, lugares e paisagens vivenciadas, é a verdadeira essência das cidades e da vida cotidiana dos cidadãos. Dessa maneira, para o IAB, todas as cidades brasileiras, agregando-se a estas as paisagens não urbanas, constituem patrimônio espacial e sociocultural rico em diversidade e significância a ser valorizado por meio de um planejamento urbanístico integrado e inclusivo, e por meio de uma Arquitetura cuja qualidade seja, em arte e técnica, integrada às necessidades do povo brasileiro. O IAB sempre fundamentou a sua ação na realidade urbana, a qual sempre se apresentou em constante transformação. Nesse contexto, em conjunto com outras instituições, luta, há quase um século, em favor da construção de políticas urbanas públicas que sejam efetivamente democráticas. Portanto, o IAB tem a convicção de que oferece, por meio do seu trabalho de difusão da Arquitetura, da busca por cidades melhores e defesa da profissão dos arquitetos e urbanistas, uma contribuição essencial à cultura, à democracia, ao bem-estar dos cidadãos e ao desenvolvimento do nosso país. Importa ainda se ressalta serem os edifícios-sedes dos IABs das cidades do Rio de Janeiro, Porto Alegre e João Pessoa exemplos significativos da arquitetura eclética e do urbanismo colonial. A Casa do Arquiteto Oscar Niemeyer, edifício-sede do IAB RJ, é um edifício construído em 1904, onde funcionou a antiga “Sala das Machinas” da Companhia Ferro Carris Jardim Botânico. O Solar do IAB em Porto Alegre é tombado pelo patrimônio histórico municipal e data da primeira metade do século. XIX. A sede do IAB PB, localizada no Largo de São Frei Pedro Gonçalves, é junto com o Solar do IAB RGS, uma das edificações mais antigas ocupadas pelas representações estaduais do IAB. Com peculiares características morfológicas e diferentes usos em suas origens, essas sedes expressam as diversas linguagens que identificam a variada história cultural do nosso país. Por outro lado, a arquitetura moderna brasileira encontra-se representada nas sedes de Pernambuco, Bahia e São Paulo, as quais expressam diferentes momentos do Movimento Moderno e confirmam a importância internacionalmente reconhecida da arquitetura produzida entre 1930 e 1950 em nosso país. A sede do IAB/PE, projetada por Luís Nunes e Fernando Saturnino de Brito junto com o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da cidade do Recife, foi construída em 1937 e tombada pelo Iphan na condição de exemplar da melhor arquitetura modernista brasileira. A sede do IAB/BA, situada no Centro Histórico de Salvador, na vizinhança imediata da Casa dos

Sete Candeeiros, construída em 1962 e inaugurada em 1966, é um exemplo de arquitetura contemporânea mesclada com características da arquitetura brasileira modernista, e também foi resultado de concurso público, no qual houve a fusão das melhores equipes participantes. Portanto, outro fator que ressalta o valor do mérito cultural desse pedido de Tombamento é a existência dessa Rede de edifícios-sedes dos departamentos do IAB nas principais cidades brasileiras. O Departamento de São Paulo juntou a este processo o Projeto de Restauro do seu edifício-sede elaborado em 2014 e a Direção Nacional do Instituto busca recursos federais para obras de restauro desta e das sedes da Bahia e do Rio Grande do Sul, demonstrando esforços objetivos no sentido da conservação e dinamização das suas representações estaduais. Enfim, o IAB, ao utilizar e preservar os valores históricos e artísticos de nosso patrimônio comum e excepcional, se faz culturalmente representar, garantindo a permanência e a fruição desses bens de cultura para as futuras gerações de brasileiros. A Premiação Anual do IAB também constitui motivação para confirmar o mérito do valor cultural do bem indicado para Tombamento. Esse evento, voltado para a seleção dos melhores trabalhos de arquitetura em diferentes categorias da atuação dos associados, é competição reconhecida por todos que dela participam e pela sociedade. Deixo aqui registrado que, em 2004, a obra conjunta e o livro “Imagens e Vilas do Brasil Colonial” do Conselheiro Arquiteto e Professor Nestor Goulart Reis Filho, receberam Prêmios no IAB. Ao prosseguir no sentido de demonstrar o valor do mérito cultural deste pedido de tombamento, acrescento que o IAB tem sua comenda máxima denominada Colar de Ouro. Criado em 1967, momento em que a Direção Nacional do IAB estava sediada em São Paulo e tinha como presidente o arquiteto Fábio Penteadado, o Colar homenageia ex-presidentes do IAB, sócios honorários e titulares com mais de vinte anos de vida profissional, sócios beneméritos e sócios titulares premiados em concursos públicos ou que realizaram obra notável. Carlos Bratke, Eduardo Corona, Eduardo Kneese de Mello, Fábio de Moura Penteadado, Gian Carlo Gasperini, Ícaro de Castro Mello, João B. Vilanova Artigas, Joaquim Guedes, Miguel Pereira, Paulo Mendes da Rocha, Pedro Paulo de Mello Saraiva e Ruy Othake, arquitetos que atuaram no IAB SP e foram agraciados com o Colar de Ouro do IAB. Francisco Matarazzo Sobrinho, Mário Covas e Pietro Maria Bardi, cidadãos de São Paulo, também foram detentores dessa insígnia por seus trabalhos de proteção e fomento da arte e da Cultura. No Iphan, os primeiros tombamentos da arquitetura modernista articularam os valores históricos e artísticos.

Entre 1937 a 1967, fase de Rodrigo Melo Franco de Andrade, os tombamentos da Igreja de São Francisco de Assis da Pampulha; Ministério da Educação e Saúde, Estação de Hidroaviões, Catetinho e Parque do Flamengo no Rio de Janeiro; e Catedral de Brasília são os exemplos mais claros dessa tendência. Após intervalo significativo, a valoração do Movimento Moderno e dos bens culturais contemporâneos foi reforçada na década de 1980. E, a partir de 1990, pesquisas específicas incentivadas pela Superintendência do Iphan em São Paulo resultaram no tombamento de importantes obras modernistas. A relação de bens tombados pelo Iphan nessa categoria inclui, entre outros, o Ibirapuera em São Paulo; em Minas Gerais, o Conjunto da Pampulha, o Marco do Centenário e o Cine Teatro Central de Juiz de Fora; trecho e edifícios isolados da cidade de Cataguases; em Brasília, o Hospital JK; e no Recife, os Jardins de Burle Marx. Porém, dentre os exemplos notáveis da “revolução” conceitual que essas ações representam, encontram-se os tombamentos da Associação Brasileira de Imprensa - ABI, das obras de Lucio Costa (Conjunto Residencial do Parque Guinle e Hotel do Parque São Clemente, em Nova Friburgo-RJ) e do Plano Piloto de Brasília, cujos pareceres foram elaborados pelo arquiteto paulista Eduardo Kneese de Melo, que também, conforme antes citado, exerceu o cargo de presidente do IAB. Acrescento, nessa relação que há de completar-se, outro tombamento federal modernista de exceção: o dedicado à Vila Serra do Navio no Amapá, projeto de Oswaldo Brakte, cuja atuação em São Paulo foi determinante para a consolidação do Movimento Moderno Brasileiro. Por outro lado, a importância e a dimensão sociocultural, do edifício-sede do IAB SP têm relevância incontestável para o estado e para a cidade de São Paulo, pois este foi reconhecido com os tombamentos em níveis estadual e municipal em 2002 e 2015, respectivamente. O tombamento municipal, de 7 de abril de 2015, destaca a arquitetura do edifício e a história da instituição. E o tombamento estadual decorre, entre outros aspectos, do valor histórico, ressaltando o fato de que o edifício “resulta do esforço conjunto de um grupo de arquitetos comprometidos com a implantação e a difusão dos princípios da arquitetura moderna em nosso meio, num momento marcado, no imediato pós-guerra e após o regime ditatorial de Getúlio Vargas, pelo clima de “redemocratização” do país e de “ressurgimento” paulista”. No âmbito nacional, o Departamento de São Paulo é a maior representação estadual do IAB em termos quantitativos, pois possui o maior número de núcleos locais e de sócios. Em semelhante condição enquadra-se o papel cultural e político do Departamento dos arquitetos paulistas, na medida em que o IAB

SP também participa e desenvolve – desde a criação em 1943 no Salão de Conferências da atual Biblioteca Municipal Mário de Andrade –, nas dimensões federativa e estadual, de fatos históricos e eventos significativos para a classe e para a sociedade brasileira. Além das reuniões do corpo diretivo da instituição, audições de músicos e participação de artistas que frequentavam e apresentavam os seus trabalhos no Salão do IAB, entre eles, Oswald de Andrade, Tarcila do Amaral, Aldo Bonadei e Aldemir Martins, o debate sobre o papel cultural e a profissão de arquiteto foi dinamizado na sede do IAB SP. Portanto, ao longo de quase seis décadas, importantes encontros e conferências de arquitetos reconhecidos internacionalmente, entre eles, Walter Gropius, Eero Saarinen e Mario Botta, tornaram ‘vivo’ o uso do edifício-sede do IAB SP. Ações exemplares na história das realizações do Departamento de São Paulo foram a realização do I Congresso Brasileiro de Arquitetos (que impulsionou o projeto para a construção da sede) e a participação dos arquitetos no I Congresso da União Brasileira de Escritores em 1945. Em momento político transformador, na metade do século vinte foi realizada em São Paulo em julho de 1963 a segunda etapa do Seminário sobre Habitação e Reforma Urbana, o conhecido Quitandinha. Organizado pela Direção Nacional em Petrópolis, Rio de Janeiro, o seminário tratou de temas até hoje centrais para a população brasileira: a profissão e o desenvolvimento do país. Em 2013, o IAB comemorou o cinquentenário do evento produzindo o Seminário Quitandinha + 50 em 7 estados do Brasil, tendo o IAB SP promovido interessante sessão de debates com autoridades municipais e estaduais. Na perspectiva de confirmar o papel social da instituição face ao poder político da Arquitetura e do Urbanismo, a sede paulista foi também lugar de reuniões e importantes decisões em momentos de resistência à Ditadura Militar, entre 1964 e 1985. Tal empenho e dedicação à categoria dos arquitetos se expandiram com a realização de concursos de projetos de arquitetura, debates e encontros que abordaram os principais temas e problemas da profissão. A dinâmica social e cultural que o IAB SP desenvolveu, culmina, hoje em dia, com a realização das Bienais de Arquitetura, momentos em que a instituição ocupa e faz o público se apropriar de espaços da cidade. Ao atuar “fora muros”, a Bienal de Arquitetura, cuja primeira edição realizou-se em 1973, amplia, local e nacionalmente, a ação social da instituição, consolidando e tornando ainda mais visível a sua participação na sociedade brasileira. O Processo de Tombamento do edifício-sede do IAB SP se inicia em 24 de junho de 2014 com a carta encaminhada pelo arquiteto José Armênio de Brito Cruz,

presidente do Departamento do IAB SP, para a Superintendência do Iphan em São Paulo. O pedido é acompanhado de Memorial de solicitação de Tombamento elaborado em parceria por grupo de arquitetos do IAB SP e do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo - CPC USP. A coordenação dos trabalhos de elaboração do Memorial - que teve a participação de Bárbara Marie Von Sebroek L. S. Martins, Mariana Pinheiro de Carvalho e Sabrina Studart Fontenele Costa, representando o CPC-USP, e Emerson Fioravante e Sylvio Oskman da parte do IAB SP, e também de Paula Gorenstein Dedecca -, foi exercida pelos arquitetos José Armênio de Brito Cruz (IAB SP) e José Tavares Correia de Lira (CPC-USP). A Superintendência do Iphan em São Paulo apresenta neste processo de Tombamento o minucioso parecer e preciso relato, assinado pela arquiteta Juliana Mendes Prata. Ao articular, atualizar e comentar as informações e análises elaboradas para a instrução, ela indica o Tombamento do edifício-sede do IAB SP. O Memorial acima citado registra em primeiro lugar as tratativas para a aquisição do terreno na rua Bento Freitas onde seria construído o edifício. A construção, financiada pela Caixa Econômica Federal, resultou de concurso interno de Projetos de Arquitetura. O concurso teve 13 concorrentes, cujas propostas foram avaliadas pelos arquitetos Firmino Saldanha, presidente do IAB, Oscar Niemeyer, Gregori Warchavchik, Hélio Uchôa e Fernando Brito, componentes do Júri então constituído. O Júri recomendou a fusão das propostas de três equipes finalistas, de modo que o projeto foi desenvolvido em conjunto pelos arquitetos Rino Levi, Roberto Cerqueira César, Abelardo de Souza, Hélio Duarte, Zenon Letufo, Jacob Rucht, Galian Ciampaglia e Miguel Forte. Nessa singular situação, entre 1947 e 1951, a equipe composta por todos esses arquitetos, paulistas e cariocas, profissionais experientes, e jovens que, à época, se destacavam na cena da arquitetura paulistana, desenvolveu o projeto e conduziu a construção do edifício-sede do IAB SP no escritório Rino Levi. No âmbito urbano, o edifício faz parte do chamado Centro Novo, compreendido entre o vale do Anhangabaú, Largo do Arouche e Avenida da Consolação. No trecho onde se localiza, há exemplares excepcionais da arquitetura brasileira construídos entre 1930 e 1950. Nessa área existem muito edifícios modernos que, além de abrigar escritórios de arquitetos paulistas de renome, são marcos excepcionais da arquitetura brasileira. Dentre esses, destacam-se o edifício Esther, de 1935, de autoria de Álvaro Vital Brasil (antes da construção da sede, a diretoria do IAB SP trabalhava nesse edifício); a Biblioteca Municipal Mário de Andrade, do mesmo ano, projetada por Jacques Pillon; o

Cine Ipiranga e o Hotel Excelsior que Rino Levi projetou em 1941; e o edifício-sede do jornal Estado de São Paulo, de 1946, cujos autores são Jacques Pillon e Adolf Franz Heep. Acrescente-se a esses, o edifício Copan, de Oscar Niemeyer, que foi projetado no início da década de 1950. Segundo registro no Memorial apresentado, “a edificação consagrou alguns princípios da arquitetura do século XX, destacando-se não só a estrutura independente da escola de Chicago como sua exibição em todos os andares de modo a garantir a maior flexibilidade no manejo dos espaços a serem estabelecidos”. Como a maior face do edifício se localiza na rua General Jardim, voltada para o sul, essa face se caracteriza por uma “curtain wall”, que iria se difundir muitos anos depois na cidade. Considerado uma síntese da arquitetura paulista produzida na década de 1940 e motivo das referências elogiosas dos principais historiadores da arquitetura moderna no Brasil, o edifício-sede do IAB SP foi citado, entre outras referências de valor, por Henrique Mindlin no livro *Modern Architecture in Brazil*, de 1956; e por Carlos Lemos e Alberto Xavier, no *Arquitetura Moderna Paulistana*, de 1983. A par das fortunas críticas que diferenciam as situações-rupturas das Escolas Carioca e Paulista na arquitetura do Movimento Moderno brasileiro, o edifício-sede do IAB SP é indivíduo arquitetônico de caráter único, gerado em espacialidade singela e afirmação estrutural de excelência. Essa distinção é demonstrada desde a implantação no lote e dessimetria dos pisos até as fortes demarcações dos pilares no vértice das fachadas e as texturas e cores dos materiais que o compõem. Desse ponto de vista, pode-se afirmar que, maiores do que se pode perceber à primeira vista, não são as similitudes das soluções aí contidas com as obras de arquitetos cariocas que distinguem a construção. Caso paralelismos com os mitos das escolas Paulista e Carioca se imponham, são as dessemelhanças com a arquitetura paulistana das décadas seguintes, em especial com as obras brutalistas mais reconhecidas, que marcam sobremaneira a excepcionalidade do edifício-sede do IAB SP. A complexidade do programa, que envolveu as finalidades institucionais e culturais de representação com a função comercial, se expressa na planta livre, na estrutura independente e na cortina de vidro que compõe as fachadas. Assim equacionado, o edifício é a interpretação fiel dos princípios básicos do repertório modernista promovidos pela Escola Carioca em todo o Brasil entre 1930 e 1950. À essa altura da argumentação, importa transcrever o depoimento do professor e historiador da arquitetura, arquiteto Carlos Lemos: “Esse edifício, antes de tudo histórico, nasceu da conjunção das ideias de oito arquitetos de pensamentos diversos e nisso reside a sua

configuração digamos comunitária, porque não desagradou a ninguém. Vejamos: Abelardo de Souza e Hélio Duarte vindos da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro eram “modernistas” formados sob a égide de Lucio Costa, diretor da Escola em 1930; Galiano Ciampaglia, Miguel Forte e Jacob Ruchti eram adeptos de Frank Lloyd Wright; de Rino Levi e seu associado Roberto Cerqueira Cesar, todos conhecemos a sua modernidade trazida de Roma, aprendida na Real Escola Superior de Arquitetura e proclamada aqui em manifesto de 1925; e, por fim, Zenon Lotufo, com estudos iniciais no Rio, formado engenheiro-arquiteto pela nossa Politécnica e modernista engajado na corrente carioca. Pelo visto, essa obra conjunta tem o maior significado porque revelou uma associação “democrática” originada do confronto de projetos participantes de um concurso entre profissionais desejosos de ter sua sede conforme suas expectativas. Todos estão ali representados naquela súpula, ou resumo, da arquitetura paulista daqueles anos do pós-Guerra Mundial, quando se deu o processo de verticalização, iniciando a metropolização de São Paulo”. Do ponto de vista formal, o edifício-sede do IAB SP é um prisma composto por subsolo, térreo, pavimento em pé-direito duplo - que configura o mezanino - e pavimentos de escritórios com entradas independentes. No pavimento com pé-direito duplo, cuja evidência na fachada é notável, se integram espacialmente sala de estar e restaurante na parte inferior, e, na parte superior, a sala de conferências e o escritório da sede do Departamento. As fachadas seguem as normas do código de construção da época, que exigia que os dois últimos andares fossem recuados, mas permitia estender as lajes dos pisos em balanço até o alinhamento do lote. O espaço interno desses pavimentos foi delimitado com o recuo dos montantes das esquadrias, configurando o coroamento do edifício e possibilitando sugestiva ‘quebra’ da continuidade do plano vertical do prisma. Dentre os registros do Memorial da Solicitação de Tombamento é possível apreender ainda que “o edifício expressa externamente uma clara subdivisão tripartida. A ampla base, que se relaciona em gabarito com as construções vizinhas mais antigas, compreende no térreo uma sala polifuncional, o hall de acesso e, acima, o andar duplo para a sede social do Instituto. O corpo central compreende quatro andares destinados a escritórios”. (...) “O subsolo e a sede social do IAB são servidos por escada privativa primorosamente projetada e os escritórios são servidos por elevadores”. Os escritórios foram utilizados por Vilanova Artigas, Fábio Penteadó, Paulo Mendes da Rocha e outros reconhecidos arquitetos de São Paulo. No subsolo funcionou o Clube dos Artistas e Amigos das Artes. E,

finalmente, em acordo com as diretrizes modernistas, que recomendavam a integração das Artes na Arquitetura, a sede do IAB SP possui no hall de entrada um painel de Antonio Bandeira; no mezanino, o móvel Black Widow de Alexander Calder; escultura de suposta autoria a Bruno Giorgi no escritório; e um mural de Ubirajara Ribeiro no bar. Portanto, em “s sofisticado jogo plástico”, porque artístico e funcionalmente correto, o edifício-sede do IAB SP valoriza tanto o espaço público do entorno imediato onde se insere quanto à paisagem vivenciada do centro da capital paulista. Distingo ainda nesse arrazoado de justificativas, a existência de acervo bibliográfico, documental e fotográfico de valor histórico e cultural, pois, conforme registra o depoimento do arquiteto, historiador e crítico Julio Katinsky, constante no Memorial de Solicitação de Tombamento, “o edifício do IAB não só é um marco da História da Arquitetura Brasileira, como abriga em suas paredes a memória de parcela significativa da Cultura que aqui se realizou, pelos seus usuários e frequentadores”. A proposta de tombamento engloba o edifício-sede propriamente dito. Quanto à poligonal de entorno proposta, esta limita-se às faces de quadra onde o bem está inserido. Justifica-se a poligonal porque, sendo a área bastante heterogênea do ponto de vista formal, deverá ser mantido o destaque do edifício-sede do IAB SP nas faces e no vértice da quadra. Definem-se como gabarito máximo a altura do edifício-sede do IAB SP; e define-se ainda a obrigatoriedade de construção no alinhamento da referida quadra. Quanto às diretrizes de gestão do edifício-sede do IAB SP, destaco em primeiro lugar a denominação do bem, motivo de apreciação registrada no processo. Nesse sentido, submeto à apreciação a denominação que pode ser: Edifício-sede do Departamento de São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB SP. A inventariação dos bens artísticos e histórico-documentais é imprescindível no Plano de Gestão. Porém, destaco a verificação da autoria da escultura atribuída a Bruno Giorgi, de modo a não perpetuar equívocos que possam confundir o entendimento da inscrição do edifício-sede do IAB SP no Livro de Belas Artes. O trabalho conjunto com a municipalidade e o estado de São Paulo no sentido da gestão do bem deve ser precedido de Acordo de Cooperação ou ajuste congêneres assinado entre as partes; e, quanto ao projeto de Restauro apresentado, deve ser avaliado pela Superintendência de São Paulo e seguir trâmite rotineiro no Iphan, de modo a serem cumpridas as normativas legais decorrentes da aplicação do instituto do Tombamento. A notificação de tombamento provisório foi publicada no Diário Oficial da União, em 09 de novembro de 2015. Em razão do exposto, ciente de que muito mais

poderia escrever sobre o objeto deste processo, é que, honrada e com muita emoção, pois representante do Instituto de Arquitetos do Brasil neste Conselho Consultivo, indico a **inscrição do Edifício–sede do Departamento de São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/SP no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo das Belas Artes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2015. Maria da Conceição Alves de Guimaraens, arquiteta e Conselheira. 81ª Reunião”. A Presidenta **Jurema Machado**, abriu a palavra aos Conselheiros, sendo o Conselheiro **Carlos Eduardo Dias Comas** o primeiro a se manifestar. Parabenizou a Conselheira relatora e disse que faria algumas contribuições no sentido de aperfeiçoamento de três pontos em relação ao parecer, por considerar que os pareceres são importantes por ficarem registrados no Processo de Tombamento e são fonte de consulta para estudiosos e historiadores. Fez alguns reparos ao parecer: “ em relação ao segundo parágrafo, eu diria que tem a carga justa em relação à questão do valor do mérito, do valor cultural do bem correlacionado com a história da ação social da instituição e no seu uso cultural do bem, mas a recomendação é para que ele também faça parte, com justa causa, no tombamento no Livro Artístico e Belas Artes. Talvez a indicação dos valores artísticos dos bens possa ser incluída nesse parágrafo também sob pena de haver uma confusão enquanto a primazia, digamos, do valor histórico. Acho que aí são os dois casos que todo arrazoado depois vai configurar. Na página 8, no segundo parágrafo, você fala em “Caso paralelismo com os mitos das escolas paulistas e cariocas se imponham...” e aí eu tenho uma objeção bastante séria à palavra mitos, eu, particularmente não considero que sejam mitos. Mito seria ficção e o emprego tradicional da expressão escola em relação aos arquitetos modernos de ambas as cidades está plenamente justificado pela ideia de grupo de pessoas que compartilham de ideias, crenças, convicções ou atitudes comuns. E como, de fato, na página anterior, você falou em “escolas cariocas e paulistas” sem qualquer adjetivação, eu tenho a impressão que ficaria mais lógico, caso o paralelismo com as ideias das escolas. Eu acho que a palavra “mitos” aí no caso representa, enfim, é polêmica”. Em seguida falou a Conselheira **Cléo Alves Pinto de Oliveira**, que além de parabenizar a Conselheira relatora fez a seguinte intervenção: “ Gostaria de chamar a atenção pelo ponto do perímetro do entorno, porque ele pega só as duas faces da quadra e não o quarteirão completo e a justificativa seria manter o destaque do edifício para isso defini-lo como gabarito máximo e também a obrigatoriedade de construção do alinhamento da quadra. Eu não tenho nenhuma

objeção quanto a isso. Eu só acredito que o fato de não englobar o quarteirão inteiro possa comprometer o destaque do edifício com relação à altimetria, pois fica uma face do quarteirão desprotegida, então eu queria sugerir que seja estendida ao quarteirão todo, justamente para que o destaque ao edifício continue acontecendo”. A Presidenta **Jurema Machado** fez o seguinte esclarecimento: “Com relação a esses entornos, nós temos sido mais precisos, como já devem ter observado, mais econômicos, muitas vezes. Alguns tombamentos de bens isolados do Iphan tendem a estabelecer perímetros que são quase centros, enfim, regiões inteiras. E é uma forma artificial de fazer uma proteção de conjuntos urbanos a partir de um único bem tombado. Não conheço o caso específico, quer dizer, conheço o edifício, mas não me lembro desse entorno imediato, mas com certeza um centro urbano com a complexidade e com a heterogeneidade do centro de São Paulo não é por essas perspectivas que o edifício vai ser menos valorizado. Eu acho que ele por si já se impõe naquela esquina e a proteção tem que se limitar ao que está diretamente relacionado ao edifício. É o que nós temos tentado fazer”. A Palavra foi dada à Conselheira relatora, **Maria da Conceição Alves de Guimaraens**: “Eu gostaria de agradecer muito a contribuição dos colegas e, realmente, eu tentei fazer com que a paixão não obnubilasse algumas opiniões que eu acho que talvez nesse parecer não sejam necessárias. Posso fazer outros aportes, fora onde eu possa colocar, tenho colocado as minhas opiniões a respeito, principalmente dos mitos da arquitetura paulista e carioca. Obrigada ao professor Comas”. Não havendo mais comentários o parecer foi submetido a votação tendo os Conselheiros **aprovado por unanimidade o Tombamento do Ed. Sede do IAB-Departamento de São Paulo/SP, com inscrição no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo das Belas Artes, nos termos do parecer da relatora.** Após a votação a Presidenta anunciou as presenças do Presidente do IAB/SP, José Armênio Brito Cruz, do Vice-Presidente, Pedro Mendes da Rocha, e da Superintendente do Iphan no Estado de São Paulo, Maria Cristina Donadelli Pinto, que fizeram uso da palavra. O arquiteto **José Armênio Brito Cruz** teceu as seguintes considerações: “Boa tarde. Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui com vocês, um fórum tão qualificado para discutir a cultura nacional e fico emocionado pela consideração e pela atenção ao bem da entidade que hoje presido. Esse tombamento vai ser um passo fundamental para o Restauro do prédio que já está em curso. E com esse tombamento, eu tenho a convicção logo nós vamos ter a notícia de que esse bem vai estar recuperado e restaurado. E isso me faz refletir de que a

preservação no patrimônio histórico e neste exemplo aponta para a preservação e para a qualificação do patrimônio futuro, que é o que o papel que esse prédio tem na região da cidade. Ele gabarita, ele indica uma relação com a rua, ele desenha um pedaço da cidade. Ele ainda está sozinho. Mas já estamos em negociações com a prefeitura de São Paulo e com o governo do estado no sentido dessa atitude ir para a rua, continuar na rua. Então esse tombamento indica uma possibilidade de uma qualificação do futuro dessa cidade. Então a presença do prédio na cidade é muito importante. Foi mencionado também o nosso acervo artístico. E eu quero relatar que hoje a Black Widow, que é o trabalho do Calder, está na Tate Modern, em Londres, foi emprestado. É uma exposição importantíssima do Calder e o trabalho foi realizado pela Fundação Calder em Nova York. Foi no acordo do empréstimo, eu solicitei, como contrapartida, o restauro da peça. A peça ficou linda, ela tem um destaque na exposição de uma sala de aproximadamente uns 100 metros quadrados. Quem tiver a oportunidade de ir a Londres até abril, vale a pena visitar, a peça ocupa um espaço bastante importante. E foi como aqui reconhecida, o IAB foi também citado na inauguração da exposição, eu estive a oportunidade de estar lá agradecendo e a importância desse patrimônio. Por fim, eu tenho certeza de que essa atitude de vocês logo vai ter um resultado positivo para a cidade de São Paulo, para o Brasil e para a arquitetura. Muito obrigado”. Em seguida a palavra foi dada ao Vice-Presidente, arquiteto **Pedro Mendes da Rocha**: “Eu queria agradecer a acolhida nesta casa, neste Conselho da maior importância. E só comentando no sentido do que o José Armênio colocou, que essa pequena primeira etapa da obra só foi possível com o aporte de recursos do governo do Estado, pela Lei Rouanet, que recuperou o térreo e o mezanino, que são as áreas onde estava a livraria e a área social do IAB. Essa ação de recuperação de liberação desses tapumes foi um momento extremamente importante de reativação dessa fachada, desse uso, dessa transparência, dessa extroversão, dessa atividade, foi um momento impressionante. Com a retirada dos tapumes, os passantes iam colocando a cara ali literalmente e descobrindo: ‘Nossa, aqui tem uma livraria, que maravilha! Etc.’. O atual Plano Diretor de São Paulo determinou que edifícios com essa configuração, no centro de São Paulo, tenham o que eles denominaram de Fachada Ativa, justamente esse térreo útil, comercial, com o convívio direto com a cidade, com o pedestre. Então, eu acho que essa ação de resgate possibilitou inclusive que se retomassem as ações do IAB, os lançamentos de livros, as conversas, as discussões, porque a partir do momento em que o IAB cria essas

atividades ele cria esse polo irradiador. Ali ao lado foi instalada a Escola da Cidade, não sem a preocupação de estar próxima ao IAB, em sequência ali um prédio alto que aparece é a Aliança Francesa, então eu acho que ganhamos uma batalha, inclusive contra a barbárie que se está instalando no centro, da degradação da vida urbana, a proliferação de casas noturnas que às vezes estão ligadas até à atividades ilícitas e aí então é uma ação extremamente importante no sentido de resgate da vida urbana, do centro de São Paulo, da potência que esse edifício nas suas atividades culturais e na sua expressão arquitetônica e simbólica é uma batalha muito importante que se ganha no sentido de uma recuperação de uma qualidade de vida do centro urbano ativo que nós queremos. Então eu queria agradecer, parabenizar e dizer que é um momento de extrema felicidade e comemoração para todos nós. Muito obrigado”. Por último falou a Superintendente do Iphan em São Paulo, Sra. **Cristina Donadelli**: “Serei muito breve. Só formalmente agradecer e cumprimentar a todos, cumprimentar a presidenta do Iphan, Jurema Machado, os senhores conselheiros, os outros colegas e equipes do Iphan. E dizer que em nome da Superintendência de São Paulo, eu parabenizo a conselheira relatora. Agradeço, como arquiteta e paulista, e dizer que todos nós, inclusive a Juliana Prata que está aqui, que instruiu o processo no âmbito da Superintendência, o Ronaldo Ruiz, o nosso coordenador técnico que está aqui também, todos nós arquitetos não poderíamos deixar de prestigiar aqui esse resultado e dizer que estou muito honrada de hoje estar aqui na condição de representante da Superintendência de São Paulo para celebrar junto com todos. Muito obrigada”. Na sequência, Jurema Machado deu por encerrado os trabalhos da manhã e convocou os conselheiros para a continuação da reunião na parte da tarde. **TARDE**. Dando continuidade aos trabalhos, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural passou a deliberar sobre o **ponto 5. Proposta de Tombamento do Terreiro Culto aos Ancestrais – OMO Ilê Agbôula – Salvador/BA - Processo nº 1505-T-02**. Relator: Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrés. A Presidenta anunciou a presença da Senhora Ministra de Estado das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Nilma Lino Gomes, da Presidenta da Fundação Cultural Palmares, Cida Abreu, representando, também o Ministro de Estado da Cultura, Juca de Oliveira, e dos representantes do Terreiro objeto do tombamento, Balbino Daniel de Paula, Crispim Daniel de Paula filho, Eliana Santos Souza. O Diretor Andrey Schlee subsidiou a discussão com dados sobre o Terreiro, e em seguida o relator do processo fez a leitura de seu parecer. **“Processo nº 1505-T-02. Arquivo NORONHA**

SANTOS/DID/IPHAN. “Terreiro de Culto aos Ancestrais, OMO ILÊ AGBOULÁ, situado no Alto da Bela Vista, Município de Itaparica, Estado da Bahia”. Ilma. Sra. Presidente do IPHAN. Ilmas. Sras. Conselheiras e Conselheiros. Foi com grande satisfação que recebemos do Sra. Presidente do IPHAN, Dra. Jurema de Sousa Machado, através do Sr. Jorge de Oliveira Vinhas, a tarefa de preparar o parecer para o tombamento de mais um importante centro de religião afro-brasileira, denominado “Terreiro de Culto aos Ancestrais, OMO ILÊ AGBOULÁ”, situado no Alto da Bela Vista, Município de Itaparica, Estado da Bahia, e em especial por estarmos mais uma vez, participando da afirmação de uma política de proteção a estes cultos que, não obstante a crescente luta mundial contra o preconceito, vêm sofrendo nova onda de assédio por parte de movimentos obscurantistas, em flagrante desrespeito à valiosa contribuição dos afro descendentes na formação do povo brasileiro. Sempre me refiro a estas oportunidades como sendo um privilégio. Privilégio pelo aprendizado de culturas seculares e pelo contato ainda que de forma inicial, com rituais portadores de surpreendentes visões do universo, que chegaram aos nossos dias por caminhos quase impossíveis, trazidos por seres humanos invulgares, que durante séculos dedicaram vidas, lutando contra imensas dificuldades para a sua perpetuação, para transmiti-las de geração em geração. E também privilégio pela oportunidade de contribuir, ainda que de forma modesta, neste processo de transmissão de conhecimentos através dos tempos. A Bahia, por razões históricas e sempre ligadas ao modelo de economia implantado pelos colonizadores, que implicou na prática perversa da escravidão é, sem dúvida, o Estado que mais concentra sítios religiosos de origem africana. Os estudos já realizados, inclusive com o retorno de muitos pesquisadores ao continente de origem, demonstram que a maior parte dos escravos são oriundos dos territórios do Sul e do centro do antigo Daomé, atual república do Benin e da vizinha Nigéria. São falantes do idioma Yorubá, por isso são chamados de povos Yorubanos. Também já foi possível identificar os principais grupos étnicos aos quais pertenciam originalmente quando foram capturados por seus inimigos e depois vendidos aos europeus para servirem de mão de obra gratuita nas colônias do chamado “novo mundo”. E dentre as principais nações estão os nagôs e os seus segmentos como os Kêtu, Egba, Egbado e Sabés. Assim, trazidos de maneira brutal e tratados de forma criminosa, foram apartados de seu solo, de suas casas e de sua cultura, hábitos e costumes. No cativeiro a única coisa que não lhes foi possível suprimir foi a sua fé religiosa e ela passou a ser fator principal de aglutinação e

continuidade. A constituição de cultos religiosos sob a forma de terreiros tornou-se, portanto, a alternativa possível dos degredados para se reagrupar e de algum modo recuperar o seu referencial de identidade, expresso na espiritualidade, na arte, na culinária, na música e, sobretudo, em suas famílias, havendo sido, como foram destituídos de qualquer base material. Este terrível sofrimento por que passaram há de ter sido fonte inspiradora e motivação para que valorizassem muito mais os bens dos quais haviam sido privados: sua liberdade e sua família; sua pátria e sua natureza. Assim é que os cultos religiosos criados para salvaguardar sua memória ancestral estão permeados de dogmas e princípios de total respeito à natureza e aos preceitos da organização familiar. Não obstante, foram sempre cerceados e perseguidos pela polícia. Mas apesar de toda a repressão, ainda se contam aos milhares os terreiros espalhados por todo o país. O movimento inicial por parte do IPHAN, para minimizar a imensa injustiça, situa-se entre os anos de 1982 e 1987 com a criação do Projeto MAMNBA-Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia, desenvolvido a partir de convênio entre a antiga Fundação Nacional Pró-Memória e a Prefeitura Municipal de Salvador, que identificou cerca de dois mil (2000) centros de cultos afro-brasileiros, somente na cidade de Salvador. Neste sentido é de se destacar o esforço em particular à atuação da 7ª Superintendência Regional do IPHAN em Salvador, que liderou, no plano nacional, as iniciativas nesta seara e desde então vem aperfeiçoando, a cada novo caso, os estudos técnicos, pareceres e procedimentos para instrução dos processos. Naquela ocasião sob a inspiração da museóloga Adalgiza Bonfim D'Eça, esta equipe, como bem frisava a arquiteta Márcia Sant'Anna, "implantou uma política de proteção de bens e sítios vinculados ao patrimônio cultural afro-brasileiro que não somente tem apresentado bons resultados, mas também grande coerência e fundamentação". E como resultado dos estudos e pesquisas sobre todo este imenso universo cultural e religioso, o presente processo dá continuidade a sequência de tombamentos de sedes de terreiros que chegaram a bom termo: Em 1986, (portanto há 29 anos) iniciava-se uma série histórica quando este Conselho aprovou o primeiro tombamento de terreiros que foi o da "Casa Branca do Engenho Velho - Ilê Axé Iyá Nassô Oká", no município de Salvador /Ba, mediante parecer do Conselheiro Gilberto Velho. Em 1999, foi a vez do reconhecimento como patrimônio nacional, do Terreiro do Ilê Axé Opô Afonjá, igualmente da cidade de Salvador desta feita com parecer da lavra da Conselheira Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão. Durante o ano de

2002 tive a honra de ser relator dos processos de tombamento de duas das mais antigas e tradicionais casas de culto afro brasileiro: O primeiro deles, no mês de agosto, foi o processo da Casa das Minas Jeje - Querebentam de Zomadonu, da cidade de São Luís do Maranhão e na sequência, em novembro deste mesmo ano fui encarregado de preparar o parecer para o tombamento do Terreiro do Gantois, Ilê Iyá Omin Axé Iyamassé novamente localizado em Salvador. Em 2003, foi a vez de o Conselheiro Luiz Fernando Dias Duarte preparar o parecer para o Sítio Terreiro do Bate Folha - Manso Banduquenqué, também da cidade de Salvador. Em 2005 coube-me novamente o privilégio de ser escolhido como relator do processo para o tombamento do Terreiro do ALAKETO, Ilê Maroiá Láji apresentado durante a mesma reunião em que o Conselheiro Roque Laraia relatou o processo de registro do Ofício das Baianas do Acarajé. A memorável reunião, em que este Conselho reconheceu como patrimônios nacionais dois expressivos bens da cultura baiana, foi realizada na própria cidade de Salvador, no ambiente barroco-setecentista da Igreja do Convento de Santa Teresa de Ávila, que hoje abriga o Museu de Arte Sacra da Universidade da Bahia. O evento contou com a presença maciça de dezenas de baianas vestidas a caráter e outras tantas mães de santo lideradas pela própria Olga, chefe da Casa do Alaketo, na ocasião ainda viva entre nós, contribuindo para uma atmosfera festiva e carregada de emoções, que tomou conta da nave da igreja, em uma inesquecível celebração da cultura nacional, sendo presidida pelo então Ministro da Cultura, o grande artista e músico, Gilberto Gil. Retomando a série, em 2013 o Conselheiro Roque Laraia apresentou seu parecer em defesa do tombamento do terreiro, Ilê Axé Oxumaré também em Salvador e no ano seguinte 2014, coube-lhe novamente o privilégio de defender com êxito o tombamento do Terreiro Seja Undê – Roça do Ventura, desta feita localizado no município de Cachoeira/BA. Em todos estes processos de tombamento de terreiros, equipes qualificadas de profissionais especializados que fazem parte dos quadros do IPHAN, em estreita colaboração com outras instituições como: órgãos públicos de cultura, nos três níveis de governo, universidades, organizações não governamentais, consultores, pesquisadores acadêmicos, praticantes e integrantes dos respectivos cultos, realizaram estudos e pesquisas para a produção de diagnósticos e análises, para a montagem dos dossiês que nos chegam às mãos e cuja criteriosa elaboração costuma durar muitos meses, às vezes anos, senão décadas, demonstrando todo o cuidadoso respeito e profissionalismo com que o IPHAN cuida dos trabalhos que precedem cada

tombamento ou registro. Somam-se, portanto, até o presente momento oito sítios de sedes de terreiros reconhecidos como patrimônios culturais no Brasil. Estes tombamentos têm sido sempre propostos para inscrição nos livros do Tombo Histórico e Arqueológico, etnográfico e paisagístico. No entanto, temos agora um caso ímpar. Pela primeira vez, o IPHAN está tratando de um terreiro de outra vertente dos cultos religiosos de origem africana. Eis que, ao contrário dos demais já tombados, desta vez não estamos estudando uma casa de culto aos Orixás, que são as divindades representativas das forças da natureza e do universo. O culto aos Egunguns como reza o enunciado de sua denominação, trata de homenagear os ancestrais. Aí reside a diferença e o ineditismo do caso em epígrafe. Aqui se reverencia pessoas que, uma vez falecidas, ou seja, passadas do mundo terreno (Aiyê) para o mundo dos espíritos (Orun), são investidas da missão de se fazerem presentes novamente em nosso mundo. Desde a vida na sua terra de origem, os povos nagôs cultuavam os espíritos dos ancestrais de forma a torna-los visíveis e assim estabelecer um elo entre os vivos e os seus antepassados. Enquanto o culto aos Orixás interioriza nos praticantes uma ordem cósmica ligada às forças da natureza, no culto aos Egunguns se interioriza uma ordem social como instrumento de coesão trazido pelos ancestrais. As pesquisas já realizadas mostram que assim como o culto dos Orixás, o culto aos Egunguns na Bahia remonta ao início do século dezenove e relacionam os mais famosos pela ordem cronológica: Terreiro de Vera Cruz desde 1820; Terreiro do Mocambo de 1830; o da Encarnação em 1840; e o do Tum Tum de 1850. Ou seja, são praticados em solo brasileiro há quase 200 anos. A maior parte deles, localizados no isolamento da ilha de Itaparica, como estratégia de sobrevivência e proteção contra as perseguições e o forte preconceito que sempre sofreram. O terreiro Omo Ilê Agboulá objeto desta avaliação é descendente direto desta linhagem de antigos terreiros e foi fundado em 1934 pelo patriarca da família Daniel de Paula e, portanto, tem 81 anos de existência. Assim é que, o culto aos Egunguns ou Egunguns cultuam os ancestrais. E assim o fazem com o propósito de preservar sua memória terrena. Para assegurar a manutenção dos laços familiares entre os que se foram e seus descendentes, desenvolveram-se rituais secretos através dos quais, alguém que já faleceu pode voltar e se tornar visível para facilitar a comunicação com os seus. No entanto, para alcançar esta capacidade após a morte, devem passar a vida cumprindo rigorosas obrigações, seguindo disciplinadamente os rituais, mantendo as relações de família e respeitando os mais velhos como portadores do conhecimento. O propósito

deste retorno é poder ajudar os vivos a manter suas memórias e costumes, preservar seu patrimônio cultural e assegurar a perpetuação dos conhecimentos tradicionais de forma a que possam ser transmitidos às gerações futuras. Ou seja, para alguém se tornar um Egungun é necessário e imprescindível que tenha sido um indivíduo que em sua vida terrena haja construído uma carreira de dedicação às atividades de preservar a memória e transmitir a cultura de seu povo. Qualquer semelhança com as finalidades de nossas instituições de cultura (o IPHAN inclusive) não há de ser mera coincidência. Com uma diferença, eles não separam o material do imaterial. Eis que, para eles não existe separação entre vida e morte, elas se completam como dois lados de uma moeda. Assim como em muitas outras religiões, a morte não significa a extinção total, o aniquilamento. Não implica em medo ou tristeza, pois é concebida como um processo de transferência de um estado para outro. Um aspecto importante que os terreiros de Egunguns cultivam, no entanto é manter o segredo através do qual os antepassados podem voltar. Isto é feito de forma ritualística em determinados momentos do ano, obedecendo a um calendário de celebrações bem definido, onde os que estão do lado de cá podem conversar de forma presencial com aqueles que já passaram. Este evento formidável e assustador para os leigos acontece no barracão principal dos terreiros que possuem áreas em parte reservadas para o encontro. No entanto não são todas as pessoas que faleceram que adquirem esta capacidade de voltar sob a forma de um Egungun e se comunicar com seus descendentes nesta vida. Eles precisam se preparar ainda na vida terrena para esta missão “post mortem”. Haverão de ter sido em vida um grande líder dentro de sua comunidade, um modelo de sacerdote. Além do que também devem passar por uma longa preparação espiritual para exercer esse privilégio. Em suma só os espíritos voluntariamente preparados para serem invocados e materializados é que podem se tornar Egungun ou Baba Egun ou apenas Babá que significa Pai. A função de Egungun, no entanto é reservada aos homens das famílias. Não existem mulheres Egunguns. Mas esta opção de gênero é feita de forma que as mulheres não sejam excluídas. Todo terreiro de culto aos ancestrais possui um assentamento especial (espécie de altar) dedicado a uma importante entidade feminina que é reconhecida como rainha e mãe dos Eguns. Ela é chamada de Oyá Igbalé ou Iansã Balé. Há também um complexo sistema hierárquico onde eles começam como simples Eguns (os que ainda não tem vestes nem voz) e depois de participarem de diversos rituais chegam ao posto de Egunguns ou Baba Eguns, e aí sim adquirem voz e vestes e se tornam merecedores

de se comunicar com os vivos. Os que por ancianidade e sabedoria detêm os maiores méritos nesta trajetória podem ter seus assentamentos entronizados como nome de um terreiro. Até agora somente três grandes sacerdotes que se tornaram Egunguns ou Babá Eguns denominam e são patronos de terreiros no Brasil. São eles o Babá Olukotum o mais antigo e sábio ao qual os demais devem obediência; depois vem o Babá Agboulá, desta casa que ora estamos tratando e ao seu lado o Babá Bacabaca. Assim, o terreiro Omo Ilê Agboulá é a casa dos descendentes de Agboulá um importante ancestral africano, Rei de uma tribo do antigo Daomé, cuja permanência vem assegurar a ligação entre os povos autóctones em África com seus descendentes já em solo brasileiro. Neste mesmo terreiro se agrupam outros Egunguns em estágios diferentes de evolução. Importante informar que segundo os ritos seculares, a aparência real dos Egunguns não pode ser contemplada pelos vivos nas cerimônias. Eles se apresentam usando uma indumentária vistosa, em geral constituída de tiras de tecidos coloridos, que caem da parte superior da cabeça, formando uma grande massa de panos que lhes cobre rigorosamente o todo que há em baixo das vestes, de tal maneira que nenhuma pequena parte pode ser vista. Sob esta forma, eles comparecem à parte do barracão que lhes é reservada para os momentos de comunicação com os praticantes e durante o tempo de uma noite inteira, dançam, cantam e dialogam com os vivos. Sua voz é inumana, gutural, profundamente grave ou aguda. Somente o Ojé Alabá, ou seja, o sacerdote mor do terreiro, sabe e pode fazer a tradução do que dizem em idioma Yorubá arcaico. Pelo caráter restrito a iniciados e professantes, estas cerimônias têm mais de rito do que de espetáculo. E o que dizem? Em geral eles dão conselhos éticos e morais para assegurar que sejam preservados os antigos valores culturais de seu povo e os princípios basilares das famílias. Ajudam a identificação dos males do corpo e da alma e contribuem para sua cura. Cantam e dançam e abençoam os praticantes do culto. E podem oferecer e receber presentes materiais. Do lado de cá, os protagonistas do culto também passam por longos rituais de iniciação para percorrer a trajetória que entendemos como do noviciado ao sacerdócio. Há uma complexa e erudita ordem hierárquica a ser escalada até se chegar ao posto de Ojé Alabá ou sacerdote principal da casa. Todos os aspirantes se iniciam como “amuichãs” que correspondem aos noviços. Estes aprendem primeiro a manejar os ichãs que são varas de madeira sacralizadas e que servem para controlar os Eguns separando-os dos vivos em suas aparições, já que ninguém pode sequer tocar as suas roupas. Estes “ichãs” quando batidos três vezes pelos sacerdotes (Ojés) no chão de

terra socada do barracão onde se guarda o segredo, servem para convocar os eguns, que vêm da terra, conforme nos traduz a letra de Gilberto Gil: “Debaixo do barro do chão da pista onde se dança, é como se Deus irradiasse uma forte energia. É debaixo do barro do chão”. Depois um amuichã deve cumprir por mais de uma década (em geral dos 10 aos 22 anos) as suas obrigações em todos os eventos e festas para serem consagrados no posto de sacerdote, o Ojé. Nem todos conseguem pois, para se alcançar o posto de Ojé além dos longos anos como amuichã, é necessário também ser um “alabê”, ou seja, têm que dominar a arte de tocar os atabaques do culto. Ainda seguindo a ordem hierárquica para se tornar em Ojé Alabá ou sacerdote principal, entre todas as exigências, é preciso dominar o idioma yorubá. O sacerdote maior pode ainda alcançar o posto máximo de “Alapini” ou chefe supremo de todos os terreiros de Egunguns. Finalmente, somente um Ojé que haja se destacado em vida por suas obras em defesa da preservação das tradições culturais de seu povo poderá aspirar à função de voltar a terra sob a forma de um Egungum ou Babá Egun. Assim é que, após receber e examinar o dossiê do processo de tombamento para análise manifestei a necessidade de conhecer de perto o terreiro sobre o qual iria preparar o parecer. Prontamente atendido pelo IPHAN, no último dia 18 de novembro, realizei uma visita de reconhecimento àquela casa de culto na Ilha de Itaparica, cidade de Salvador, em companhia da técnica da SR IPHAN da Bahia, Marinalva Batista Santos, que me proporcionou todo o apoio necessário ao êxito da missão. Lá chegando tivemos a honrosa oportunidade de sermos recebidos pelo Sr. Balbino Daniel de Paula, Ojé que ocupa o posto de Alabá Babá Mariwo, ou seja, de sacerdote maior do culto aos Egunguns do terreiro em epígrafe. Logo na primeira conversa, pude confirmar o que já havia lido sobre ele nos autos deste processo. Perfeitamente cioso de seu importante papel e sacerdote dedicado à perpetuação do culto, recebeu-nos de braços abertos nas cercanias de sua residência no bairro de Ponta de Areia e contou-nos de viva voz muitos episódios que marcaram a origem e a permanência da tradição. Mas falou também das ameaças que hoje pairam sobre o culto. Balbino é consagrado sacerdote há 35 anos, assumiu o posto maior da casa desde 2004 e falou-nos com orgulho de suas origens, descendente direto em 3ª geração dos Daniel de Paula, cujo bisavô fundou na ilha de Itaparica, este terreiro que desde então se denominou OMO Ilê Agboulá. Também nos conduziu a uma visita pormenorizada pelos três terrenos que ao longo do tempo deram abrigo à sede do terreiro: O primeiro deles, o menor de todos, situado no mesmo ponto onde a casa foi fundada pela primeira vez fica

ainda no nível do mar, no local onde hoje está a Igreja Nossa Senhora das Candeias. O terreno ainda possui remanescente dessa primeira ocupação, como a casa de Exu, que de acordo com a tradição, não quis sair de onde se encontrava quando o terreiro foi transferido para outro sítio mais acima. Além disso, aí ainda existem duas árvores sagradas: a gameleira branca (orixá Iroco) e uma cajazeira (culto a Ogum). Aí também aconteceu em 1940 um episódio dramático, mas emblemático da imensa luta que os cultos afro-brasileiros tiveram que empreender contra o preconceito da sociedade. Foi nesta primeira e pequena sede que Eduardo Daniel de Paula (bisavô de Balbino) e sua esposa Margarida da Conceição, que presidiam o terreiro, sofreram uma terrível agressão por parte da polícia. O Terreiro foi submetido de surpresa, a uma devassa policialesca. Os dois foram tratados como criminosos e arrastados para a delegacia de Salvador como se assim o fossem. Na ocasião os objetos dos rituais religiosos foram também apreendidos. Uma grande humilhação lhes foi infligida e amplamente noticiada nos jornais com fotos do casal e dos objetos de culto. As notícias, cujo recorte de jornal encontram-se no corpo deste processo expressavam de forma maldosa, o mais exacerbado preconceito e desvirtuavam a cena, dando a entender aos leitores de que se tratavam de práticas satânicas e malignas então qualificadas como “fetichistas”. Para evitar que o mesmo fato voltasse a se repetir e para garantir a privacidade dos rituais secretos, a sede foi transferida em 1942, para o local bem mais reservado, denominado Barro Vermelho. Esta segunda área situada no alto de um morro elevado nas bordas de uma mata (Mata Sagrada) abrigou o terreiro até 1960. O terceiro local que visitamos é de fato o principal objeto deste processo. É onde está o barracão sede do culto nos dias de hoje e se constitui no principal motivo deste tombamento. Fica também em terreno de cota mais elevada da ilha, bem próximo da área anterior, e se chama “Alto da Bela Vista”. Aí estão situados os principais edifícios como o chamado Ilê Awô, ou “casa do segredo”, peça mais importante do conjunto de construções em qualquer terreiro Egum. Outra parte importante é o barracão, onde se realiza a maior parte das cerimônias públicas, e por isto é a maior área construída do terreiro. Este se divide em duas áreas principais: a do fundo é o espaço sagrado onde os Eguns dançam e as vezes permanecem durante uma cerimônia. Na frente fica a outra área onde pode se colocar o público. No entanto ao entrarmos neste edifício para uma visita pormenorizada fomos surpreendidos com a presença extemporânea de um dos Egunguns que surgiu de forma inesperada no espaço do barracão, onde os mesmos só costumam aparecer na ocasião

dos festejos ou nas reuniões secretas com os sacerdotes (Ojés) uma vez por mês. Em sua fala, pronunciada no Yorubá e traduzida pelo Alabá Balbino, anunciou-se como enviado de Babáegum Agboulá, que ali se apresentava como portador de mensagem de esperança e júbilo pelo andamento das providências de tombamento. Revelando que este ato é considerado por eles como importante manifestação de reconhecimento público e valorização perante a sociedade, e também visto como forma de fortalecimento e de defesa de seu culto, que por hora se encontra ameaçado. De fato, o sacerdote Balbino na sequência da visita ao terreiro, nos mostrou as ameaças de invasão que se multiplicam nos terrenos em torno da sede e nos apresentou uma análise do processo irregular de ocupação destas áreas vizinhas e como ao longo do tempo a sede vem sendo sucessivamente prejudicada por construções precárias que forçam a diminuição de sua área verde, onde estão os assentamentos e as plantas. Há também a questão da privacidade das áreas sagradas remanescentes que ainda permitem a perpetuação das tradições. Fato que compromete a preservação do mistério, chave da sobrevivência do culto, que vem sendo ameaçada pela progressiva verticalização das edificações vizinhas, exigindo, portanto, medidas de proteção como este tombamento. Aqui neste ponto de meu parecer, devo lembrar nosso papel de relatores que nos impõe a necessidade de fazer constar neste documento, que acaba se constituindo em peça de defesa com argumentos não só referentes ao mérito da questão, mas que tangencia também aspectos jurídicos, uma síntese do processo como o todo. Assim é que, para ser mais preciso, passo a transcrever partes importantes do minucioso Parecer Técnico de Carolina Di Lello Jordão Silva coordenadora do DEPAM, que realizou estudos a tempo e descreve com exatidão o inteiro teor da documentação, com todas as informações necessárias. Diz o parecer de Carolina: “O presente processo, composto por 02 volumes e 01 anexo, teve início em 26 de fevereiro de 2002, a partir do pedido de reconhecimento como patrimônio cultural do ‘Terreiro de culto aos Ancestrais Omo Ilê Babá Agbôulá’, casa de culto a Egungun, encaminhado pelo senhor Balbino Daniel de Paula, Alabá Babá Mariwo, a liderança religiosa no terreiro, à Superintendência do IPHAN na Bahia. No pedido o autor já alertava sobre o ‘aniquilamento gradativo’ dos valores culturais da tradição. Segundo o requerente, o Ilê Babá Agbôulá está instalado em Ponta de Areia, Itaparica/BA, desde o primeiro quarto do século XX, preservando o culto a Egungun. Além disso, o interessado relata a necessidade de execução de obras emergenciais no barracão. Constam anexados ao pedido, documentos oficiais referentes

à Sociedade Beneficente cultural Religiosa Omó Ilê Agboulá, fundada em 08 de setembro de 1973; textos que discorrem sobre a tradição e recortes de jornais sobre os Festejos de Egun (fl.04-58). Em 26/12/2002, foi aberto o processo de tombamento de número 1505-T-02, referente ao “Terreiro de Culto aos Ancestrais – Omo Ilê Agbôula – Situado no Alto da Bela Vista, Município de Itaparica, Estado da Bahia” (fl.64), pelo Arquivo Central do IPHAN: Em 10/01/2003, o processo foi encaminhado à Superintendência do IPHAN na Bahia, para instrução técnica. Em 06/10/2005, a então gerente de proteção, encaminha o memorando nº 041/05/JKEA/GProt/DEPAM, em que solicita informações referente ao andamento da instrução do processo. Vale ressaltar que após o questionamento do GProt/Depam, a área técnica da SE/BA verificou que o processo estava no arquivo da Superintendência até aquela data (fl.69). Em 19/11/2010, foi anexada documentação parte da dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo, de Fábio Macêdo Velame (fl.76 – 127), que complementou o processo com: Mapa de localização do Omo Ilê Aboulá na Ilha de Itaparica; Mapa das mudanças do Omo Ilê Aboulá no século XX; Mapa de localização do Omo Ilê Agboulá, no alto do Bela Vista; Mapa de localização dos terreiros de Egun na ilha de Itaparica; Mapa do trajeto da Festa da Bandeira; Mapa do trajeto da festa dos Presentes no dia 02 de fevereiro; Mapa do trajeto da festa da Retirada da bandeira no dia 20 de Fevereiro em Ponta de Areia; Planta dos espaços básicos do terreiro de Egun Omo Ilê Aboulá; Planta baixa do barracão e do Lessém do Omo Ilê Aboulá; Planta baixa com a hierarquia e gênero do barracão durante a festa do Omo Ilê Aboulá; Planta baixa com a hierarquia e gênero no espaço do barracão durante a festa do Omo Ilê Aboulá; Planta de situação; Planta baixa do ilê Nlá (barracão) e do Ilê Lesyn (Casa do renascimento); Cortes do Ilê Nlá (barracão) e do Ilê Lesyn (Casa do renascimento); Fachadas do Ilê Nlá (barracão) e do Ilê Lesyn (Casa do renascimento); Ilê Orixá – Casa de Xangô; Ilê Iyá Egbé e Assento do Exu da Porteira e Material fotográfico com 60 imagens entre fotografias e desenhos. Em 02/01/2014, o Sr. Balbino de Paula solicita informação referente ao andamento do processo de tombamento, por meio do Ofício nº001/2014. Tal provocação ensejou análise mais pormenorizada do processo, que, conforme Informação Técnica nº 139/14 IPHAN-BA, constatou a ausência de documentos básicos para instrução do mesmo, tais como: 1-). Os competentes laudos histórico, antropológico, arquitetônico e etnobotânico; 2-) O levantamento topográfico com indicação das edificações e elementos sacralizados; elevações, memorial descritivo e documentação de propriedade

do bem. Além disso, o documento recomenda a realização de análise técnica que aponte a identificação dos valores, com indicação de inscrição nos livros do tomo; laudo de vistoria, descrição do uso e delimitação de poligonais de tombamento e entorno. Após essa análise, foi anexado ao processo o Laudo antropológico de Júlio Braga que faz uma descrição pormenorizada de toda a tradição e os cômodos do terreiro. Em 11 de Dezembro de 2014, a arquiteta Karina Monteiro elaborou um relatório de vistoria a partir da visita realizada em 26 e 27 de novembro com a finalidade de delimitar as poligonais de tombamento e entorno do bem. O referido relatório aponta que o bem está em bom estado de preservação, contudo sua conservação foi avaliada como precária, apontando problemas estruturais graves. Além disso, foi constatado que a tendência de verticalização do entorno imediato do bem é uma ameaça que deve ser controlada não pela necessidade de visibilidade do bem, como compreendemos o conceito de ambiência, mas sim para garantir a devida privacidade que o culto impõe. Em 26 de Fevereiro de 2015, a antropóloga Maria Paula Adinolfi anexou seu parecer técnico que analisou o Laudo Antropológico, no qual corrobora sem ressalvas o laudo e recomenda a proteção do terreiro por meio do tombamento. Observo que no início da instrução havia a expectativa por parte dos técnicos de que se pudesse incluir no tombamento, “as roupas dos Eguns e todo o conjunto de materiais rituais relativos ao culto, caracterizados no jargão patrimonial como bens móveis do terreiro (...) parte integrante e indissociável do bem protegido” (fl. 199). Entretanto como não foi possível realizar o inventário deste acervo de bens móveis, esta intenção foi retirada do presente processo, para não prejudicar a urgência da medida. Igualmente foram excluídas do presente ato, as duas outras áreas mencionadas uma vez que das mesmas não foram encontrados os documentos cartoriais que atestariam sua propriedade. Sendo assim não se pode notificar a quem de direito e não podendo notificar não se pode cumprir a portaria 11/86. Na sequência, foram anexados ao processo o levantamento arquitetônico do barracão (fls. 233-241) e o Relatório da superintendência da Bahia em que se propõe como poligonal de tombamento com inscrição nos livros do Tombo Histórico e Arqueológico, etnográfico e paisagístico; e após o recebimento do processo no Depam, foram anexados os documentos de propriedade do terreiro... É importante destacar-se que o bem já conta com tombamento em âmbito municipal e está em instrução pelo IPAC para receber o Registro Especial de Patrimônio Imaterial da Bahia”. Observe-se que estas iniciativas atestam o reconhecimento e comprometimento dos poderes locais,

municipal e estadual respectivamente com a valorização e necessidade de proteção e conservação. Após todos os estudos realizados reunidos e aqui registrados concluimos que o bem finalmente proposto para tombamento, refere-se somente ao sítio do alto da Bela Vista, onde se concentra atualmente o Conjunto arquitetônico e paisagístico do Terreiro Omo Ilê Agboulá. Ou seja, a área correspondente ao terreno onde está o terreiro desde 1960 até os dias atuais. Seguem-se para tanto os excelentes argumentos da relatoria técnica: É inevitável ressaltar que o reconhecimento como patrimônio cultural de antigos terreiros (considerados casa matriz), é necessariamente uma valorização da luta de resistência do povo de axé. Essa luta, que também foi uma luta de resistência negra, é memória viva que se passa de geração para geração por meio da tradição oral, permitindo assim que não seja esquecido o sacrifício feito por seus antepassados em defesa de sua tradição e, portanto, a identidade desse grupo. Estamos ressaltando neste parecer o valor histórico e etnográfico do bem, que estão unidos em um processo de formação de identidade, ao passo em que resiste a um processo de perseguição e tentativas de serem limados da história. O Terreiro Omo Ilê Agboulá é um testemunho dessa resistência e para contar essa história se fez necessário uma leitura dos lugares por onde o terreiro se fixou ao longo do tempo. No esforço de preservação, o terreiro mudou de lugar, sempre em busca de espaços que garantissem a preservação da privacidade para a realização das obrigações religiosas fundamentais para manter a tradição. Conforme os documentos do processo nos apontam (laudo antropológico), o terreiro Ilê Omo Agboulá foi estruturador do culto aos antepassados no território brasileiro (fl. 175). Conforme descreve a técnica Maria Paula Adinolfi (fl. 195), “o terreiro está intimamente ligado à constituição do território onde se localiza, em Ponta de Areia, na Ilha de Itaparica, constando como elemento central de referência cultural e de formação da sua memória coletiva”. Vale lembrar que não estamos analisando apenas o primeiro terreiro de culto aos Egunguns, conforme consta no parecer nº099/2015 (fls.195 – 196), mas sim um terreiro que condensa toda a ancestralidade dos antigos terreiros, tornando-se um elo fundamental entre terreiros de culto a Egungun fundados por africanos no século XIX e a ancestralidade afro-brasileira. E assim Maria Paula defende que: É essa condição de elo entre diferentes tempos históricos e entre ancestralidade africana e afro-brasileira que faz deste terreiro o ponto fulcral do culto de Egunguns no Brasil, seu mais eminente representante e o que merece, sem sombra de dúvida, o reconhecimento do estado como patrimônio cultural nacional (fl.196). A

antropóloga ressalta ainda que as peculiaridades acima mencionadas tornam o culto de eguns e os sítios onde ele se desenvolve absolutamente singulares, testemunho vivos da herança africana no Brasil, cuja preservação se deve a seu caráter restrito a não iniciados, favorecida também pela proteção natural oferecida por sua localização em um sítio isolado, protegido de densas matas, fontes, manguezais e outros elementos naturais imprescindíveis ao culto. Dessa forma, o valor histórico do terreiro está identificado em sua própria permanência que se obrigou itinerante, não por vontade, mas por sobrevivência, e ainda hoje resiste às pressões para preservar seu espaço, como justifica Balbino Daniel de Paula em carta que solicitou o tombamento e iniciou esse processo em análise. É ainda uma casa de notório reconhecimento entre o povo de culto aos ancestrais, uma tradição que sua história fez ser restrita e pouco disseminada, em relação às outras tradições de matriz africana. Além disso, é importante ressaltar que este processo, aberto em 2002, portanto a mais de uma década, foi retomada a partir de um esforço do Grupo de Trabalho Interdepartamental para preservação do patrimônio cultural de Terreiro – GTIT, criado pela Portaria do IPHAN nº537, de 20 de novembro de 2013, que vem atuando no sentido de elaborar diretrizes de identificação e reconhecimento, como também de gestão, a fim de responder ao passivo de processos de tombamento relativos aos terreiros. Assim, entendemos ser a área delimitada, coerente com a proposta de tombamento e plenamente justificada no Dossiê de tombamento. E quanto à poligonal de entorno que se encontra bem descrita no processo, a mesma foi proposta visando, sobretudo, garantir a privacidade do culto na área do terreiro. A falta de privacidade foi justamente o que levou o terreiro mudar de área na década de 1940, situação que ameaça se repetir nos dias atuais, conforme parecer de Karina Monteiro: No caso específico do Terreiro Omo Ilê Agboulá, por ter uma natureza distinta da maioria dos bens tombados, faz-se necessário, muito mais do que uma continuidade estética ou ainda a visibilidade propriamente dita, mas justamente o oposto. Deve-se garantir a permanência do “mistério” característico do culto aos ancestrais, ou seja, a não visibilidade aos rituais. Isto havia sido previamente garantido pela própria implantação do terreiro em seu lote. Mas a progressiva verticalização das edificações circunvizinhas vem gerar uma nova ameaça. Assim, a poligonal de entorno aqui proposta busca estabelecer condições para que no futuro breve se possa negociar com a municipalidade as condições necessárias para evitar a invasão da privacidade. E seu parecer vai mais além, acrescentando acuradas observações sobre os laudos

etnográficos e a documentação original do século dezenove que permitem uma visão das origens e dos antecedentes históricos do culto aos Egunguns até aos nossos dias e que definem sua trajetória ao longo de quase dois séculos, cotejando-o com a história das outras casas matrizes, discorrendo sobre a hierarquia religiosa ao mesmo tempo em que identifica a gênese dos candomblés com a trajetória dos povos africanos escravizados e explicitam como os diferentes grupos étnicos acabaram por constituir a tradição de um sistema religioso afro-brasileiro. Finalmente no corpo do processo encontramos o competente e detalhado parecer do Dr. Heliomar Alencar de Oliveira Procurador-Chefe Substituto, datado de 06 de novembro de 2015, nos dando conta de que os requisitos técnicos e a correta condução jurídica do Processo estão atendidos. O douto procurador faz em seu parecer, elaboradas considerações sobre o plano de gestão apresentado pela área técnica do IPHAN. Sugestões estas que, sem dúvida serão a melhor forma de condução do processo doravante, pois a normativa para as áreas de entorno deverá ser estabelecida em parceria com a municipalidade de Itaparica, que justamente agora está oportunamente empenhada na revisão de seu Plano Diretor, de tal sorte que as medidas de proteção que venham a assegurar a privacidade do terreiro e a integridade de suas áreas sejam regularmente incorporadas à legislação municipal conferindo ampla legitimidade aos mecanismos de defesa daquele acervo patrimonial. Também estão anexadas as cópias comprobatórias de que foram devidamente publicados os editais de notificação aos proprietários e as demais comunicações que sempre são necessárias para prevenir qualquer possibilidade de contestação quanto à situação fundiária do bem em processo de tombamento. Assim, constatamos que, do ponto de vista formal, os requisitos técnicos, jurídicos e burocráticos exigidos pela regulamentação do IPHAN, mais especificamente pela Portaria nº 11 de 11 de setembro de 1986, foram bem atendidos e estão presentes neste processo. De fato, pela documentação anexada ao processo pode-se deduzir que o Terreiro em epígrafe passou a ser reconhecido como um dos mais antigos e notáveis templos afro-brasileiros ainda hoje em atividade em nosso país e a fazer parte das instituições que melhor representam as religiões de origem africana no Brasil. Entre os especialistas que o estudaram, já existe o consenso de que esta casa forma, ao lado dos demais terreiros já tombados, a matriz que preside e de onde emanam as influências que afetam instituições congêneres, as casas de candomblé, que se espalharam pela Bahia e por diversas regiões do País. Ao mesmo tempo há o reconhecimento de que esta casa alcançou notoriedade também pelo

desempenho de seus chefes. E dentre eles, o atual, Balbino Daniel de Paula notável pela capacidade de liderança, generosidade na forma de compartilhar e transmitir os ensinamentos sagrados e com que vem governando seu santuário, e pela influência que sempre exerceu como guia espiritual. Disto nos é testemunho sua vida pública, cuja trajetória se pode reconstituir através de recortes de notícias, agora sim, edificantes, comprovando a mudança para melhor no olhar que os órgãos de divulgação, felizmente em sua maioria, hoje dedicam ao assunto e cujas cópias estão anexadas ao processo. Entretanto considero justo reiterar algumas considerações que são válidas também para este caso como o fato de que o bem cultural que ora se propõe tombar, muito se avizinha de um caso de “patrimônio imaterial”. Concordando com o que afirmou o Prof. Luiz Fernando Dias Duarte em seu parecer sobre o Terreiro Bate Folha: “Parece oportuno mencionar – agora que já foi consolidada a prática do registro do chamado patrimônio imaterial – o modo pelo qual a presente série representa, na verdade, uma ponte entre o “patrimônio material” e o “patrimônio imaterial”. E ainda reafirmar que, como nos demais casos similares, o Terreiro do Agboulá sobreviveu até os nossos dias porque os rituais foram preservados, e os rituais foram preservados porque eles possuem seu “locus” de celebração que é o seu território. Igualmente consideramos oportuno reiterar o reconhecimento de que o estudo dos terreiros tem permitido melhor entendimento sobre a formação do povo brasileiro. De fato, além das pesquisas antropológicas e etnográficas já realizadas, temos todo um campo aberto à sociologia urbana que pode ser traçada a partir da trajetória dos terreiros, em decorrência de sua grande vascularização e presença nas camadas da sociedade e em todos os tempos. É válido ainda reafirmar que também os terreiros, as suas sedes e entorno imediato hoje não só se tornaram como repositórios de conceitos sociais, antropológicos e religiosos disponíveis ao melhor entendimento de nossa cultura urbana, mas como arquivos vivos, onde os estudiosos podem ler os signos que traduzem as origens culturais de nosso povo ou pelo menos da imensa parcela que coube aos negros africanos na construção do país. À luz desta vasta e generosa documentação ficam evidentes as fortes razões pelas quais o terreiro Omo Ylê Agboulá se afirma como um dos mais antigos centros de cultos afro-brasileiros que ainda mantém incólumes grandes parcelas de suas características originais e de seus rituais sagrados, que ao seu turno vem sendo cada vez mais e mais pesquisados e valorizados em uma luta sem descanso contra a névoa do preconceito e da discriminação racial. Reconhecer a importância e valor destes santuários, que abrigam

em sua história toda a diáspora dos povos africanos, é, portanto, trabalhar, ainda que de forma modesta, para a sua proteção e assim fazendo, cumprir nossa obrigação constitucional de defesa da cultura do país. Tão expressiva é a carga de contribuições que os centros de culto afro-brasileiros representam para o entendimento do Brasil de hoje, que o ato de tombamento assume neste caso, a plenitude de seus múltiplos significados. Reafirmo aqui minha crença de que “o ato de proteção, que está implícito na figura do tombamento, vai muito além do que sugere a materialidade da questão, ele incide também sobre a autoestima das pessoas diretamente envolvidas, bem como da comunidade envolvente, ele não atribui apenas o poder de coerção, de vigilância, de fiscalização, mas também confere valor. E como valoriza, ele eleva e estabelece uma aura de respeito sobre o bem que se pretende preservar. O tombamento não é somente um ato jurídico e burocrático, mas uma estratégia de distinguir, de divulgar, de fortalecer argumentos de defesa, e, portanto, um caminho para consolidar as perspectivas de continuidade para o futuro”. E para concluir esta avaliação recorro aqui às palavras de Márcia Sant’Anna em seu parecer integrante de processos anteriores de terreiros e que tão bem sintetizam a importância destes acervos: “testemunhos vivos da transferência de cultos africanos tribais, familiares, dinásticos e urbanos para o Brasil, bem como de sua universalização e transformação em uma das mais importantes religiões nacionais. São ainda, um documento da aclimação de parte fundamental da cultura e da organização social e política de povos de origem nagô em terra estrangeira, assim como das tentativas de reconstrução dessa organização em circunstâncias extremamente adversas...”. “O tombamento do Terreiro se impõe, entretanto, não somente pelo reconhecimento do seu valor como documento da história e da resistência cultural dos povos africanos no Brasil, mas também pela necessidade de proteção e resgate de um espaço que abriga importantes testemunhos desta história e onde se preserva e transmite valiosas tradições e conhecimentos”. Acervos como o Terreiro Omo Ilê Agboulá, não só tem relevância para o Estado da Bahia e para o país, mas se revestem de um valor universal, como lição de humanidade. E concluindo assim, **sou de parecer favorável ao tombamento como patrimônio cultural do Brasil, para que seja inscrito nos Livros de Tombo Histórico e de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.** Esta é a avaliação que submeto aos demais conselheiros. Brasília, em 25 de novembro de 2015. Luiz Felipe de Carvalho Castro Andrès. Conselheiro do Conselho Consultivo do IPHAN. 81ª Reunião”. A Presidenta **Jurema Machado**

agradeceu ao conselheiro Luís Felipe e sugeriu que se passasse ao processo de discussão e votação do parecer, deixando a apresentação de um vídeo sobre o tema para depois, em virtude da presença da Ministra Nilma Lino Gomes, do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, para que ela pudesse ainda presenciar a votação no tempo que ela tinha disponível, para que na sequência, a ministra e os demais integrantes dos terreiros pudessem falar. Teríamos depois o vídeo, para quem estivesse disponível. Então, abriu a palavra para os conselheiros tecerem suas considerações. A Conselheira **Maria da Conceição Alves de Guimarães** iniciou os comentários com as seguintes palavras: “Quero parabenizar o colega Luís Felipe pela maravilha do parecer, tão bem estruturado e, também, bem escrito. E lembrar que essa abordagem que estamos presenciando aqui é muito diferente da abordagem inicial do Iphan de cultuação aos objetos de culto, porque os objetos de culto de magia negra são partes, são a primeira inscrição do Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico desta instituição. Isso foi feito em 1938, a pedido do poeta, esqueci o nome do poeta, mas ele era uma pessoa importante, eu acho que ele era na minha época, delegado de polícia, essa coleção, foi apreendida, o que mostrava o preconceito, mas, ao mesmo tempo a instituição no IPHAN, ela é representativa do reconhecimento, do respeito a esses objetos. Então, quero parabenizar o Luís Felipe por isso, e demonstrar também com essa lembrança, que aqui neste Instituto, as religiões de origem afro estão muito bem representadas nessa primeira inscrição. Obrigada”. A seguir se manifestou a Conselheira **Maria Cecília Londres Fonseca**: Eu queria também cumprimentar o Luís Felipe, não só pela análise, como pela emoção, também, no seu parecer, fazendo um apanhado, do que vem sendo a atuação do Iphan em relação aos cultos afro-brasileiros no Brasil. É uma política que, sobretudo a partir dos anos 80, vem sendo desenvolvida. Nesse aspecto, eu lembro tombamento da Serra da Barriga, com o Memorial de Zumbi dos Palmares. No Rio de Janeiro, no Caju, no antigo cais do Valongo, uma memória importantíssima também e que entra naquele grande projeto da Unesco, de rota dos escravos. Temos hoje em dia, um material já bastante denso, mas ainda muito insuficiente, sobre a questão da presença afro-brasileira no Brasil e de toda a sua história aqui. E aí eu estava pensando como é importante nós pensarmos no âmbito do IPHAN, o quanto esse material que é produzido aqui sob a ótica da preservação do patrimônio, é importante nesse momento atual para a questão da educação brasileira e toda essa reformulação que vem sendo feita nos currículos, essa enorme discussão que

está sendo feita sobre o ensino e história, o fato da história da cultura afro-brasileira ter sido já, incluída nos currículos da escola brasileira. Creio que deve ser pensada a produção de documentos e livros para poderem ser aproveitados em escolas, a partir de todo esse conhecimento que o Iphan está reunindo, e que é um conhecimento baseado em testemunhos, e para o ensino, isso tem muito peso”. O Conselheiro **Marcos Azambuja** expressou preocupação com os problemas fundiários, sobre quem tem a titularidade da área e perguntou se haveria isenção de impostos, por ser um objeto religioso, alguma isenção, e se poderia haver comparação a uma igreja nesse sentido e, também, quais providências foram tomadas, ou devem ser tomadas, para que, pela vulnerabilidade da propriedade, não haja um ataque futuro a essa construção. O Conselheiro **relator** respondeu que o terreiro tem documento de propriedade bem definido, mas que a ameaça de fato existe, pelos mesmos problemas que afligem as cidades brasileiras, como a forte pressão do mercado imobiliário. Ressaltou que a urgência desse tombamento é exatamente pelo fato, neste momento, em que o Plano Diretor de Itaparica está sendo revisado, pela via do tombamento sejam fortalecidos os argumentos para que os mecanismos de proteção, de limitação de gabarito, eventualmente necessários, sejam incorporados à legislação municipal. Findo os esclarecimentos e manifestações a Presidenta **Jurema Machado** passou ao processo de votação. Pediu aos Conselheiros que estivessem de acordo com o parecer que levantassem a mão. Os Conselheiros **aprovaram por unanimidade o Tombamento do Terreiro Culto aos Ancestrais – OMO Ilê Agbôula – em Bela Vista, Itaparica/BA, com inscrição no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, nos termos do parecer do relator.** A Presidenta passou a palavra à Ministra **Nilma Lino** que fez o seguinte pronunciamento: “Muito obrigada, uma boa tarde para todas e para todos, boa tarde a todo o povo de santo aqui representado e, também, a bênção para todas as nossas mães que aqui estão e os nossos pais também. Eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui nesta reunião, participando junto com os conselheiros, as conselheiras, quero cumprimentar a cada um e cada uma, na pessoa da nossa presidenta, a Jurema Machado, e dizer também que agora que nós temos uma mudança via reforma administrativa e a antiga SEPPIR, que era Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, agora se tornou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, junto com Direitos Humanos e Mulheres, e Juventude, e faz parte desse novo ministério, que é o Ministério

das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. E dizer que se antes a Seppir já era uma grande parceira do Iphan, agora o ministério também se tornará, um grande parceiro. Eu espero que nós continuemos realizando os nossos trabalhos e coloco a mim e a toda a nossa equipe à disposição. É um prazer revê-los aqui. E eu gostaria, eu aprendi muito com o relator, com o conselheiro-relator, me lembrou meus tempos de Conselho Nacional de Educação, quando também tínhamos que dar pareceres, sobre temas tão importantes, e eu registrei alguns aprendizados, que nessa sua leitura e na leitura aqui que fiz, no documento que me foi passado e que eu acho que tem a ver com a alegria que essas pessoas, todas, estão sentindo aqui no nosso entorno. Não sei se é comum no Iphan, quando atividades e cerimônias como essa acontecem. Então, eu estou em um dia peculiar, porque é muito interessante nós estarmos aqui, na formalidade, na institucionalidade e, ao mesmo tempo ter os sujeitos da ação de tombamento presentes e se emocionando com o que significa esse tombamento na vida das pessoas. O conselheiro que acompanhou todo esse processo sabe muito bem, no Brasil, como tem sido uma luta enorme dos povos de terreiro, das comunidades tradicionais, para manter seus espaços, seus territórios, sua cultura, sua memória, e viver em um país que é tão diverso e de tão diverso que é, não deveria ser intolerante, como muitas vezes nós temos assistido e vivido, ultimamente. E para nós do ministério é muito importante o tombamento também, porque ele faz parte das entregas que o I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais de Matrizes Africana, de 2012 até 2015. E isso é muito bom e principalmente as entregas que vão fazer muito sentido para a vida daquelas pessoas que dependem de um parecer nosso, de um acordo nosso, de uma concordância nossa sobre um tema importante para o Brasil. Então no meu aprendizado aqui com a leitura do parecer do relator, eu fiquei pensando que hoje é o momento muito interessante que pensar no povo do axé. O povo do axé, na cultura de tradição africana, afro-brasileira e na nossa cultura brasileira, de um modo geral, podem ser considerados como aqueles que guardam a ancestralidade, podem ser considerados como um povo de luta, como um povo de tradição. E esse culto aos egunguns, que nem sempre é muito conhecido pelas pessoas e até mesmo faz parte um pouco da sua mística, da sua lógica, não ser tão conhecido assim, ele é de suma importância para manter essa força, e essa resistência, e esse brilho que o Brasil guarda naquilo que é a força afro-brasileira, aqui dentro, que erradia para todos os grupos étnicos. Então esse culto dos ancestrais, como foi falado aqui, esse aspecto da

preservação da memória terrena, tem um aspecto muito interessante que foi falado também que é a questão do respeito aos mais velhos, a resistência negra culta e por luta pela liberdade, a preservação de um patrimônio cultural, é um culto que ressignifica a própria morte, é uma outra visão de morte, diferente da mais, entre aspas, ocidentalizada que existe entre nós e não existe essa cisão entre vida e morte e esse processo de transferência de um estado para o outro, dá inclusive leveza espiritual e subjetiva para as pessoas que vivem esse culto, que muitas vezes, tem-se essa passagem de vida e morte como algo muito pesado. E quando você pensa nisso como última transferência, uma passagem que é de alguma forma equilibrada, isso está para a própria subjetividade da pessoa, um outro tipo de relação com a vida e um outro tipo de relação com a morte. E a questão do mistério, a questão do segredo a ser mantido, que é um ritual tão importante e que nós no mundo da política às vezes perdemos e precisamos aprender mais, com o mundo dos cultos afro-brasileiros a manter o segredo e o mistério. Tem hora que no nosso mundo isso não existe. Então eu acho que nesse aprendizado, principalmente pela relação entre as crianças, os adolescentes, os jovens, os adultos, os mais velhos e o significado da importância que cada um tem dentro do terreiro e dentro do próprio culto, da forma como ele se realiza. E passando à frente, eu fiquei pensando no terreiro OMO Ilê Agbôula, que ele está intimamente ligado a três questões e aí digo com respeito a todos que estão aqui, de matrizes africana e nos acompanham, a terra, nós falamos de terreiro, nós falamos de terra, a identidade e as múltiplas identidades que circulam naqueles espaços em que são construídas e também a resistência, porque sabemos que para preservar durante tanto tempo e manter certas tradições, um quê de resistência e de muita resistência tem, na forma como é passado de um para o outro, os mistérios, os rituais, aquilo que se tem que fazer. E isso me lembra a questão de uma sabedoria, uma sabedoria que para lidar consigo mesmo e com as suas próprias questões, saúde, vida, amor, afeto, não é isso? Com todas as emoções, e saber lidar com o outro também, na sua própria diversidade, isso é um ensinamento muito significativo, muito importante que os terreiros de um modo geral trazem e que esse terreiro em específico pelas suas características eu posso entender que ele nos apresenta também. Então eu diria para as senhoras e os senhores que o tombamento desse terreiro, o ato de tombamento, ele é um passo importante no Brasil para superar a intolerância e a violência religiosa que nós vivemos hoje em dia, é importante que ele seja tombado, é importante que ele seja reconhecido, é importante que a cultura que ali circula seja de

alguma forma manifestada para fora, para que outras pessoas saibam, dentro daquilo que são os limites da tradição e, ao mesmo tempo seja respeitada, como parte da nossa cultura brasileira, e não como uma cultura a parte da cultura brasileira. E eu queria também não me alongar muito, mas destacar que o terreiro como patrimônio cultural, que foi falado aqui e como essa memória ancestral que guarda as tradições, e que é reconhecido hoje, com o ato do tombamento, é também mais um passo, não somente para a nossa caminhada no Brasil, para superação da intolerância e da violência religiosa, mas também para superação do preconceito, da superação da discriminação racial, da superação do racismo, e esse ato aqui, para o nosso ministério e para as coisas que eu acredito como professora, pesquisadora, e neste momento ministra, este momento ele é muito significativo porque nós temos aqui diferentes sujeitos, de diferentes lugares, níveis socioeconômicos, pertencimentos étnicos raciais, crenças, tradições e irmanados em um tema, que é um tema que toca a vida de muitas pessoas no Brasil, e é um tema que é direito. Então para mim, como ministra mesmo, participar desse momento agora, é ver mais uma concretização da luta por direitos no Brasil e por isso eu quero parabenizar o IPHAN e me colocar mais uma vez à disposição, quero parabenizar a todos da comunidade do OMO Ilê Agbôula e também a todos que aqui estão nessa luta, que é uma luta toda nossa, muito obrigada, parabéns”. Por último, a Presidenta Jurema Machado passou a palavra para o Senhor Balbino Daniel de Paula, Sacerdote do Terreiro: “Os iniciados no mistério não morrem, os iniciados no mistério não desaparecem, os iniciados no ministério vão ao entuá, casa, local do renascimento, esse é o significado desse cântico, isso é a estrutura do culto a egungun e a minha axexê, minha mãe é minha origem, Iya mi Axexe, meu pai é minha origem, olorum axexê, Deus é a minha origem, quentoborixáíê, conseqüentemente serão venerados antes de qualquer orixá na terra. É mais uma mensagem do culto a egungun. Mogibaunile o sal da terra, mojuba exu bará, saúdo você exu, senhor do movimento, o absoluto da comunicação, aquele que faz a comunicação entre todos nós, em todos os povos entre todas as coisas. Aquilo que se mexe contém Exu, sem Exu não há movimento, Exu não é sataná, não é demônio, Exu é o senhor do movimento, o senhor da comunicação, aqueles que nos comunicam com o senhor Deus. Vocês escutaram o relato do relator, vocês compreenderam a importância do que nós queríamos e eu parabenizo a todos vocês. Peço desculpas porque não fiz a apresentação de praxe aqui, saudando inicialmente à Presidenta do Conselho, saudando a todos os conselheiros no melhor

estilo, saudando aqui a senhora ministra que acabou de nos deixar, Nilma Gomes, Cida Abreu, Presidenta da Fundação Palmares, e aqui também representando o Ministro da Cultura Juca Oliveira, e também saudar a todos os que estão aqui, do Iphan os irmãos de fé, e os irmãos brasileiros, porque todos somos brasileiros. Falar sobre egungun não é mais necessário, porque vocês já sabem o que é egungun, já está no coração de vocês, sabem, por quê? Isso é preservação dos laços da existência coletiva, dos laços da família, entre as famílias, entre a coletividade e por que não dizer da humanidade? Nós preservamos a continuidade das relações humanitárias de equilíbrio e de harmonia entre os povos, entre cada um de nós, esse é o princípio basilar de egungun, que nós não podemos deixar morrer, que não pode desaparecer e vocês com este ato, vocês consolidaram a resistência de todos aqueles que brigaram e que morreram em prol da existência desse culto, eles nunca vão esquecer de vocês, vocês nunca mais serão esquecidos, porque vocês também são filhos de egungun. Eu quero finalizar dizendo que isso aqui não pertence só à comunidade Ilê Agbôula, não pertence à Ilha de Itaparica, isso pertence ao povo brasileiro, a partir desse momento, pertence a cada um de nós, pelo tamanho do seu valor, pela riqueza que emana dele, não poderia ficar confinado apenas à comunidade, teria que ser compartilhado com cada um de nós, nas mais variadas regiões desse país, e vocês conselheiros fizeram isso a partir desse momento, estão de parabéns. E nós pedimos, o povo de axé pede a cada um desses ancestrais, que iluminem cada um de nós, mas principalmente o seio da nossa família, as gerações futuras da nossa família, e de todas as famílias. Obrigado”. A seguir, a Presidenta passou ao **ponto 7. Tombamento do Teatro Cultura Artística, São Paulo/SP - Processo nº 1603-T-10**. Antes de o relator, Conselheiro Nestor Goulart Reis iniciar a leitura do parecer, a palavra foi dada a Andrey Schlee, Diretor do Depam, para proceder à apresentação do tema. “Trata-se do processo referente ao tombamento do Teatro de Cultura Artística e do ponto de vista do entendimento é fundamental compreender a forma como o bem chegou até o Iphan. Na verdade, a Sociedade de Cultura Artística tem uma longa tradição a favor da cultura nacional. O teatro funciona com uma programação cultural extremamente expressiva, extremamente marcante, e é interessante, isso pela coincidência, que nós tenhamos, também, hoje, aqui, discutido e tombado a sede do IAB, porque essas instituições, de fato, passaram não só a abrigar, mas irradiar uma ação cultural, sem dúvida alguma, de caráter nacional. Acontece que em 2008, o conjunto pega fogo e nós perdemos por completo o espaço de espetáculos,

praticamente pode-se dizer que nós perdemos o edifício, com exceção do foyer e do painel e a construção teve alto grau de colapso. Imediatamente há um esforço de contenção por haver inclusive o temor que essa estrutura ruísse, uma espécie de trabalho de consolidação dos remanescentes e se inicia uma grande campanha, já em 2008, que se estende até o finalzinho de 2011, de reconstrução e de retorno das atividades do Cultura Artística. Isso se dá, por pelo menos duas frentes principais de trabalho, a primeira diz respeito à contratação do escritório do arquiteto Paulo Bruna para desenvolver o projeto arquitetônico desse renascer do teatro, dessa reconstrução. E a outra, foi imediatamente um trabalho de restauração do painel. Em 2011 ainda tem trabalho, e o painel então é resgatado. Em 2012, a ação de restauro do painel recebeu o prêmio Rodrigo Melo Franco. Foi reconhecida como uma ação exemplar pelo próprio Iphan. A partir de 2010 há um pedido de tombamento. Houve uma discussão interna na casa, que envolveu posicionamentos distintos a respeito do que caberia ou não preservar. O que nós estamos propondo para tombamento é o painel do Di Cavalcanti, o foyer. E delimitamos uma área de entorno, que vocês devem estar achando que é relativamente grande para o tamanho do que está se propondo, mas que envolve necessariamente o quarteirão do teatro, e um espaço de praça que existia na parte semifrontal do teatro. Após a apresentação pelo Diretor do Depam, o relator, Conselheiro Nestor Goulart Reis, passou à leitura do parecer. **Processo 1.603-T-10. Parecer sobre o processo de tombamento do acervo documental e dos remanescentes do Teatro de Cultura Artística, com seu painel de Di Cavalcanti – Rua Nestor Pestana – Município de São Paulo – SP. 1. Sobre as atividades da SCA.** “No início de 1912, foi fundada em São Paulo a Sociedade de Cultura Artística. A história da SCA foi bem descrita por Ivan Ângelo em seu livro “85 anos de Cultura” (1997). Para a fundamentação deste parecer, tomamos por base esse livro e os documentos existentes nos arquivos da Sociedade. O primeiro secretário da entidade foi Nestor Pestana, crítico de arte do jornal o Estado de São Paulo que, até o final de sua vida, em 1933, foi o principal responsável pelo desempenho prático da instituição. Entre os que aderiram e participaram ativamente das realizações, no início, estavam figuras de destaque e, entre essas, um jovem estudante do Conservatório, que logo se destacaria como liderança intelectual: Mário Raul de Andrade ou simplesmente Mário de Andrade. Uma diretriz estatutária da SCA, já à época de sua fundação, era a garantia da diversidade de linhas artísticas. A esse fato talvez se deva uma característica

fundamental, de interesse para nós, do Conselho Consultivo do IPHAN. De um lado havia iniciativas de valorização das várias correntes das formas culturais eruditas. De outro, já entre 1914 e 1924, havia manifestações precoces de interesse por formas imateriais de patrimônio cultural e de cultura popular, com a promoção de eventos, nos mesmos espaços e com os mesmos cuidados com que eram apresentadas as formas eruditas. Não por acaso, algumas dessas iniciativas partiriam de Mário de Andrade (que seria responsável pelas propostas, no mesmo sentido, apresentadas a Rodrigo Mello Franco de Andrade, à época de fundação do SPHAN). Outras partiriam de Afonso Arinos de Mello Franco, cujo filho, de mesmo nome, também esteve presente, quando se iniciaram os trabalhos do SPHAN, ministrando um curso, sob o título “Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil”, além de participar deste Conselho. As atividades das etapas iniciais da Sociedade de Cultura Artística tinham, portanto, uma relação direta com a formação do SPHAN, décadas depois. Relação histórica, com propostas referentes à cultura imaterial e à cultura popular, que só iriam voltar à primeira linha de preocupação do atual IPHAN na passagem do milênio, na esteira de recomendações da UNESCO. São raízes que cabe recuperar e reconhecer, com iniciativas oficiais. Alguns pontos merecem destaque. No início de suas atividades, a Sociedade de Cultura Artística organizava saraus com temas literários e musicais. A parte literária era constituída por conferências, tendo sido muitas delas publicadas. Graças a essas publicações e às coleções de programas existentes nos arquivos da SCA, (cujo tombamento foi pedido pela instituição), temos a possibilidade de recuperar, em parte, o sentido das atividades dos intelectuais e artistas atuantes naquela época. E temos a oportunidade de compreender os diferentes motivos que levavam muitos deles a voltar sua atenção para as formas de cultura imaterial e para a cultura popular e a tradicional em geral, no mesmo ambiente em que se desenvolviam programas para elevar o nível da cultura erudita. Nas primeiras décadas do século XX, ganhavam força ideias nacionalistas. No âmbito da Sociedade de Cultura Artística, essas tendências compareceram com duas importantes séries de conferências, logo depois publicadas. A primeira foi a de Ricardo Severo, sobre o que chamou de “Arquitetura Tradicional do Brasil”, uma das matrizes do que viria a ser o estilo neocolonial. Ao mesmo tempo, foi um estímulo para o início de estudos sobre as formas mais simples de arquitetura no Brasil, ou seja, da arquitetura popular de séculos anteriores. Como nas primeiras décadas de existência do IPHAN, os exemplares de arquitetura do passado eram objeto

de estudos sob pontos de vista quase antagônicos, ainda que, em alguns momentos, com intercâmbio entre essas linhas opostas. De um lado buscavam-se os exemplos de monumentalidade, as raízes de algumas das forças sociais dominantes, ainda no início do século XX. De outro, buscavam-se as raízes da nação nas características de seu povo que, no caso do Brasil, apenas começava a ser reconhecido. Nessa tendência enquadrava-se a série de conferências de Afonso Arinos de Mello Franco. Casado com Antonieta da Silva Prado, da primeira linha de famílias oligárquicas paulistas, ele mesmo pertencente a troncos oligárquicos de Minas, Afonso Arinos esteve desde cedo ligado às atividades da Sociedade de Cultura Artística. Durante o ano de 1915 ofereceu uma série de conferências, sob o título geral “Lendas e Tradições Brasileiras”. Esse foi também o título da primeira conferência, realizada em 5 de janeiro, como do livro publicado em 1917, reunindo o conteúdo de todas as sessões. Os títulos das conferências seguintes foram: As amazonas e o seu rio – São Francisco e suas lendas; as minas de prata; o caboclo d’água – A capela da montanha; algumas igrejas do Brasil e suas tradições – O culto de Maria nos costumes, na tradição e na história do Brasil – Santos populares; Superstições; Festas e Danças; Festas tradicionais brasileiras. As primeiras conferências foram realizadas no auditório do Clube Germânia. A terceira, com documentação musical viva, contou com a presença de Catulo da Paixão Cearense. O sucesso junto ao público foi tão grande, que as sessões seguintes passaram a ser realizadas no Teatro Municipal. A última foi a 23 de julho. Em 28 de dezembro, sob direção de Afonso Arinos, foi organizada no Municipal uma encenação das Festas Tradicionais Brasileiras, com características especiais: *“Especialistas do Norte e do Sul; violeiros e violonistas populares, eruditos e quase uma centena de amadores mostraram e cantaram e dançaram ranchos de Reis, pastorís, reisados, cheganças, bumba-meu-boi, cateretê, lundu. Pela primeira vez, essas festas folclóricas, essencialmente de rua, foram adaptadas ao palco, com sucesso extraordinário. Tanto que foi preciso repetir o espetáculo no dia 30”*. (ÂNGELO: 1997, p. 51). Os amadores eram membros de famílias tradicionais. Segundo o programa, representaram “o Reisado das Borboletas, o Pinicapau, Bumba-meu-boi, Cateretê do Norte e Lundu do Sul. Entre os artistas estavam Sofia Prado Pacheco Chaves, Maria Helena da Silva Prado, Maria Eugênia Monteiro de Barros, Maria Guedes Penteado, Renata da Silva Prado, Eduardo Prates, Frederico de Souza Queiroz, Jorge Alves Lima, Olívia Souza Queiróz e Júlio Mesquita Filho. À apresentação seguiram-se uma ceia no Bar do Municipal e um baile


nos salões do Clube Germânia onde, segundo consta, alguns dos participantes ainda conservaram as fantasias usadas durante o espetáculo. Cerca de oitenta anos antes de ser registrada pelo IPHAN a primeira forma musical popular, como bem cultural imaterial, a Sociedade de Cultura Artística apresentava em São Paulo, por mágicas de um intelectual de Minas, algumas das principais formas de músicas e danças populares de todas as regiões do Brasil e levava membros dos grupos sociais dominantes a identificá-las como parte de sua própria cultura. Em janeiro de 1918 o assunto foi retomado, com um programa de Catulo da Paixão Cearense. A outra corrente, no trato do tema, pode ser identificada pela conferência realizada por Mário de Andrade em novembro de 1926, no Teatro Municipal, quando apresentou Ernesto Nazareth, explicando sua música como resultante de convergências entre formas eruditas e formas populares. Já não se tratava propriamente de uma completa novidade. No mesmo Teatro Municipal havia sido realizada a Semana de Arte Moderna de 1922, com artistas e mecenas, muitos deles participantes da Sociedade de Cultura Artística, com ênfase em alguns aspectos de cultura popular. Dias depois apresentava-se Villa-Lobos, que estaria presente depois com frequência, nos programas da Sociedade de Cultura Artística. Em 1935, às vésperas da criação do SPHAN, Mário de Andrade, já então como fundador e Diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, em outra conferência no Teatro Municipal, sobre o tema “A música popular e a música erudita”, mais uma vez explicitava sua linha de interpretação e levantava uma questão: [...] *“Em que classe estaremos nós aqui? Nas populares que fazem a base do programa de hoje? Nas classes burguesas que permitem as realizações de hoje? Na verdade, meus senhores e minhas senhoras, em nenhuma delas. Nós estamos na classe das Belas Artes. Este é o verdadeiro terreno de ninguém, em que os cuidados e os trabalhos se esquecem”*. (ÂNGELO: 1997, p. 115). Não será demais repetirmos, portanto, que uma parte importante da história dos estudos sobre as formas de cultura imaterial e tradicional se fez no âmbito da Sociedade de Cultura Artística. Paralelamente, cabe registrar que a Cultura Artística promoveu a formação de uma orquestra sinfônica, de um corpo de balé e a formação de grupos de teatro, inclusive da Escola de Arte Dramática, envolvendo figuras de destaque da vida intelectual, como Alfredo Mesquita, Décio de Almeida Prado, Rebolon Gonçalves, Lourival Gomes Machado e Antonio Cândido. **2. SOBRE OS ESPAÇOS DA SOCIEDADE DE CULTURA ARTÍSTICA.** Muito cedo, entre os sócios da Cultura Artística, definiu-se como um de seus grandes objetivos a

construção de sua própria sala de espetáculos. Em 1919, apenas 7 anos após sua fundação, foi decidida a compra de um terreno, para construção do teatro. Ricardo Severo indicou uma área de 4.700 metros quadrados na Rua Florisbela, que estava sendo aberta naquele momento, na antiga chácara de Martinho Prado, tio e marido de Dna. Veridiana Prado. O mesmo Ricardo Severo elaborou gratuitamente um projeto de caráter monumental, prevendo uma sala para 2.400 pessoas, palco para 400 pessoas, biblioteca, espaços para outras atividades culturais e jardins. Na mesma época foi iniciada campanha de arrecadação de fundos para a realização das obras. Mas sobreveio a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), dificultando as atividades da Cultura Artística. Após o conflito, retomaram-se os esforços. Em 1935 foram comprados vários terrenos vizinhos à Rua Florisbela. Em 1933 faleceu Nestor Pestana, que durante 21 anos havia sido o grande impulsionador da SCA e do projeto do teatro. No ano seguinte, o nome da Rua Florisbela foi mudado para Rua Nestor Pestana, reconhecimento oficial da ligação do local com a entidade e de sua importância para a cidade. Por volta de 1939 foi encomendado novo projeto a Rino Levi, que o apresentou para aprovação em 1943. As obras foram iniciadas em 1947 e o Teatro de Cultura Artística foi inaugurado em março de 1950. O salão principal tinha 1.600 lugares e o chamado pequeno auditório 450. A fachada foi revestida com um painel de mosaicos de Di Cavalcanti, com 48 metros de largura. O sucesso foi enorme. O teatro passou a ser uma das referências arquitetônicas da cidade. A história do teatro não tem sido tranquila. Em 1955 caiu parte do telhado, o que exigiu grandes e imediatos investimentos para sua recuperação. Para solucionar o problema, o teatro foi alugado à TV Excelsior, que o devolveu em outubro de 1970, quando foi necessária nova reforma. Os arquitetos Rino Levi e Roberto Cerqueira César, elaboraram o projeto em 1972. Os trabalhos duraram cerca de 5 anos. O teatro foi reaberto em agosto de 1977, funcionando até 2008, quando ocorreu o incêndio que destruiu sua parte interna, conservando-se, porém, a fachada e os foyers, bem como o painel de Di Cavalcanti. Novo projeto foi elaborado pelo arquiteto Paulo J. V. Bruna, que foi sócio de Roberto Cerqueira César. A Prefeitura de São Paulo desapropriou os terrenos ao lado, na esquina com a Rua Martinho Prado, para demolir as casas ali existentes, permitindo uma vista mais ampla do teatro, a partir da Praça Roosevelt. A Sociedade de Cultura Artística trabalha para reerguer o teatro, no terreno que comprou há 96 anos, na rua cujo nome homenageia o crítico de arte que foi responsável por suas grandes realizações, durante os primeiros 21 anos de sua existência. Está em busca de

reconhecimento público da importância de sua história e das atividades culturais ali realizadas. Ao mesmo tempo, promoveu a formação de orquestras, grupos de balé e teatro. Por todos esses motivos, somos de parecer que os remanescentes do Teatro de Cultura Artística e seu acervo de documentos podem e devem ser tombados, por razões históricas e o painel como obra de arte. **3. SOBRE O PROCESSO DE TOMBAMENTO.** O processo 1.603-T-10 teve início em novembro de 2009, com ofício de José Mindlin, Presidente do Conselho de SCA e na época membro do Conselho Consultivo do IPHAN, com ofício dirigido ao Ministro da Cultura, solicitando o tombamento dos espaços da sociedade de Cultura Artística e de seus arquivos, por razões históricas, bem como o registro de seus espaços, como bem imaterial. A 25 de novembro, Pedro Hertz, diretor da SCA, envia expediente ao presidente do IPHAN, com o mesmo conteúdo, solicitando o tombamento dos espaços e dos arquivos por razões históricas, bem como o registro de seus espaços como o bem material intangível. Ambos os documentos iniciais vinham acompanhados de um parecer deste conselheiro relator, no caso como consultor da SCA. De início, a matéria foi encaminhada à Diretora do DPI, Márcia Santana, que concluiu que o objeto de solicitação não se enquadrava na definição de patrimônio cultural imaterial e passava o processo para o Diretor do Depam, para estudar a possibilidade de tombamento. A 14/6/2010, o Diretor substituto do Depam solicitou à Diretora do COPEDOC as providências para abertura do processo de tombamento. Em 21/10/2011, a Procuradora Federal, Marta Alves Camelo, considerou que o processo estaria em condições de ser submetido ao Conselho Consultivo. Entretanto, por uma falha, faltava um exame do assunto pela Superintendência Regional de São Paulo. Pelo memorando 008/2011, Dalmo Vieira, Diretor do Depam, solicitou parecer complementar sobre o assunto à Superintendência do IPHAN em São Paulo. A 26/5/11, a Superintendente Regional de São Paulo, Anna Beatriz Airoso Galvão, encaminhou ao Depam o parecer complementar, assinado pelo arquiteto Mauro David Bondi, com as seguintes recomendações: 1. Exclusão do registro da área do terreno; 2. Exclusão do acervo documental; 3. Inclusão do tombamento do antigo acesso principal e dos foyers, nos pavimentos térreo e primeiro, bem como do painel de Di Cavalcanti; 4. Definição da área envoltória dos remanescentes, como os antigos limites dos lotes; 5. Alteração do nome do objeto de proteção, em função dos objetivos acima: Remanescentes do antigo teatro Cultura Artística, localizados na Rua Nestor Pestana, 196, São Paulo, SP, incluindo os elementos de vedação e caixilharia que

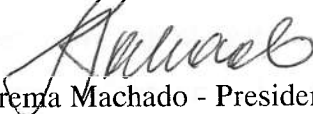
deles fazem parte, bem como o painel de Di Cavalcanti, que os integra. Em 10/06/11 o Diretor substituto do Depam, José Leme Galvão Junior, organizou uma cronologia (anexo 1) e analisando o parecer, concluiu por: 1. Manter o tombamento do acervo documental; 2. Excluir do tombamento a área do terreno do antigo teatro; 3. Manter o tombamento da fachada, com o painel de Di Cavalcanti; 4. Alterar a denominação, de acordo com os novos objetivos. À vista das diferentes manifestações, o então presidente, Luiz Fernando de Almeida, encaminhou o processo ao Diretor do Depam, Andrey Schlee, para examinar e sintetizar as diferentes posições. Este produziu um quadro de síntese, para facilitar as discussões e a votação no Conselho Consultivo (Anexo 2). Posteriormente, o processo foi encaminhado à Coordenadora Geral do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, Ana Elisa Finger, que: 1. Declara haver verificado que não existe qualquer tipo de inventário ou arrolamento do acervo documental, tendo concluído pela conveniência de não incluir esses documentos na presente proposta, supondo que a mesma poderá ser feita por rerratificação, apoiada em inventário a ser realizado. (ver Anexo 3). 2. Concorda com a proteção abarcando as fachadas e o painel de Di Cavalcanti, da seguinte forma: Fachada e painel de Di Cavalcanti: livro do tombo histórico; Painel de Di Cavalcanti: Livro do Tombo das Belas Artes. Examinando todas as alternativas apontadas pelos diferentes profissionais arquitetos que informaram o processo, para concluir este parecer, cabe recomendar: 1. Fachada e painel de Di Cavalcanti: Livro do Tombo Histórico; 2. Painel de Di Cavalcanti: Livro do Tombo das Belas Artes; 3. Acervo documental: Livro do Tombo Histórico; 4. Perímetro de proteção: limites do antigo terreno. Cabe esclarecer que o tombamento da fachada, incluindo o painel, atende plenamente a nosso objetivo inicial, de proteção à área do antigo teatro, dispensando-nos, portanto, de discutir a questão do seu enquadramento como patrimônio imaterial. É o Parecer. Nestor Goulart Reis. Conselheiro. 25 de novembro de 2015. 81ª Reunião”. A palavra foi dada ao Conselheiro **Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes**: “Como sempre o parecer do professor Nestor é seguro e bem fundamentado. Eu endosso plenamente as propostas que ele faz e teria um acréscimo e um esclarecimento a pedir. O acréscimo é no papel de testemunha ocular da história. Na década de 50, além daquilo que você mencionou, que é a importância da Sociedade de Cultura Artística na formação de orquestras, grupo de balé e teatro, a Sociedade teve uma importância fundamental na educação musical. Eu fiz parte da Juventude Musical brasileira, que era um programa nacional, mas que teve um dos

focos principais em São Paulo e sobre a batuta do Eleazar de Carvalho. Eu diria inclusive, que a partir da década de 50, o que vai marcar a atividade mais do que da Sociedade de Cultura Artística, do Teatro de Cultura Artística, vai ser a programação musical, tanto assim que ele foi sede de um dos grandes programas, que é o Mozarteum brasileiro”. O Diretor **Andrey Schlee** explicou que a poligonal do entorno é a área definida pelo perímetro dos eixos da Rua da Consolação, Martins Fontes, João Guimarães Rosa, na intersecção entre as ruas da Consolação e da Rua Martins Fontes, seguindo por essa em sentido horário, até a intersecção com a Rua João Guimarães Rosa e desta até a intersecção com a rua, pegando o quarteirão mais a praça. Em seguida a Presidenta Jurema Machado passou ao processo de votação, ressaltando que o acervo documental não seria objeto desse tombamento e, sim, objeto de futura análise pela Câmara técnica de Bens Móveis a ser criada. Os Conselheiros votaram e aprovaram **por unanimidade o Tombamento da fachada e Foyer do Teatro Cultura Artística, com inscrição no Livro do Tombo Histórico e do Painel de Di Cavalcanti, com inscrição no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo das Belas Artes, nos termos do parecer do relator, bem como a poligonal de entorno, conforme notificação publicada no D.O.U – Diário Oficial da União.** Por último, os Conselheiros, em atenção ao disposto no art. 5º inciso I do Regimento Interno do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, aprovaram o calendário de reuniões para o ano de 2016, com as seguintes datas: 17 de março; 09 de junho; 15 de setembro e 24 de novembro. Nada mais havendo a tratar, a Presidenta agradeceu o trabalho dos Conselheiros e Conselheiras, desejou a todos um Feliz Natal, os convocou para a 82ª reunião ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio cultural, em 10 de março de 2016 e deu por encerrada a reunião, ficando lavrado por mim, Jorge Augusto Oliveira Vinhas, Secretário do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a presente Ata com as decisões da 81ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.



Jorge Augusto Oliveira Vinhas
Secretário

Conselheiros



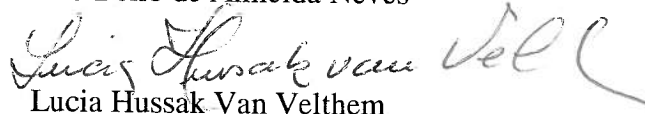
Jurema Machado - Presidenta



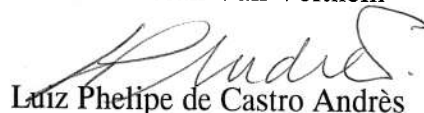
Angela Gutierrez



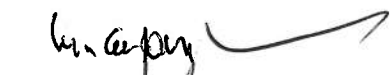
Breno Bello de Almeida Neves



Lucia Hussak Van Velthem



Luiz Felipe de Castro Andrès



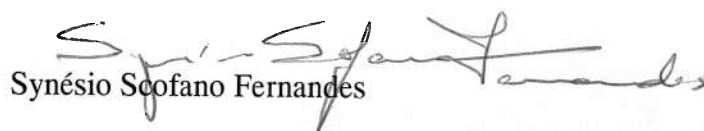
Marcos Castríoto de Azambuja



Maria Cecília Londres Fonseca



Nestor Goulart Reis



Synésio Scofano Fernandes



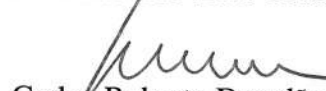
Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes



Carla Maria Casara



Carlos Eduardo Dias Comas



Carlos Roberto Brandão



Cléo Alves Pinto de Oliveira



Maria da Conceição Alves de Guimaraens



Roque de Barros Laraia

[Faint, illegible handwriting]

[Faint, illegible handwriting]

[Faint, illegible handwriting]

[Faint, illegible handwriting]

[Faint, illegible handwriting]

EM BRANCO

[Faint, illegible handwriting]

[Faint, illegible handwriting]

[Faint, illegible handwriting]